

Ana Paula Portella

Violência em debate: um olhar feminista



C67

CADERNOS

SOS CORPO



**Centro de Documentação e
Apoio Pedagógico**
SOS Corpo Gênero e Cidadania
Rua Real da Torre, 593
Madalena - Recife - PE
CEP: 50610-000 Fone: 445-2086

DADOS DO SDI

Registro entrada

Registro documento

Classificação

e 1226
DC/Vern 67



ACERVO DA MEMÓRIA
INSTITUCIONAL
SOS CORPO
Gênero e Cidadania
Centro de Documentação e
Apoio Pedagógico

Ana Paula Portella

Violência em debate: um olhar feminista

CADERNOS

SOS CORPO



Violência em debate: um olhar feminista.

Edição

SOS Corpo Gênero e Cidadania
Rua Real da Torre, 593 - Madalena - Recife PE
Tel: 81 - 3445.2086 / Fax: 81 - 3445.1905
e-mail: sos@soscorpo.org.br

Coordenação de Produção

Márcia Larangeira

Produção Executiva

Fátima Ferreira

Revisão

Consultexto

Fotos da Capa

Angela Freitas e Gleide Selma

(Estas fotos foram tiradas de vários eventos e trabalhos
que realizamos com mulheres e homens ao longo dos anos.
A elas e eles nosso agradecimento pela parceria e presença)

Projeto Gráfico

Fernando Vasconcelos

Editoração Eletrônica

Carlos Pellegrino

Impressão

Provisual Divisão Gráfica

Tiragem

300 exemplares

Apoio

EED
Novib

Recife, agosto de 2002

Índice

.....

	Apresentação	5
1	Gênero e sexualidade entre jovens no Recife.	7
2	Uma Abordagem Social sobre Violência Doméstica e Saúde das Mulheres	41
3	Breves Reflexões sobre a Violência Contra as Mulheres	51
4	Consequências da Violência Doméstica para a Saúde das Mulheres	61
	Dados da autora	68

Apresentação

.....

Os quatro textos que chegam às nossas mãos correspondem a trabalhos produzidos pela pesquisadora Ana Paula Portella no período de 2000 a 2001. O texto inicial traz uma análise de como as desigualdades de gênero são percebidas por um grupo de rapazes e moças de classe média da cidade do Recife. Através de entrevistas sobre os temas *sociedade, política, gênero, relações amorosas, sexualidade e saúde*, a autora busca compreender o modo como as questões apresentadas pelo movimento feminista foram absorvidas por esta geração.

Os três textos seguintes são conferências apresentadas em congressos e seminários que, graças a esta publicação, perdem o seu caráter fugaz, passageiro, para contribuir de forma mais ampliada e permanente com o debate e a reflexão sobre a violência contra as mulheres.

Os três entrelaçam-se entre si no intuito de desvendar os caminhos da socialização de homens e mulheres que leva à construção da violência doméstica. Ana Paula alia aqui a sua atividade de pesquisadora com a de ativista política, refletindo e propondo alternativas para este que é um dos temas fundamentais para o movimento de mulheres.

Apesar de ter sido mobilizador das primeiras manifestações do movimento no Brasil, a violência contra a mulher ainda é um dos temas mais difíceis de ser incorporado como questão pública, apesar dos avanços que foram alcançados neste sentido.

Retomado pelo movimento de forma mais intensa em meados dos anos 90 - apesar de não ter sido abandonado por aquelas pesquisadoras e ativistas que sempre o tiveram como principal tema da sua agenda - estes textos dão algumas respostas ao desafio de repensar conquistas alcançadas através de serviços instituídos, e, principalmente, como compreender e atender de forma mais eficaz à resposta das mulheres à aclamação: denunciem!

Apesar da aridez do tema violência, os quatro trabalhos comungam da mesma característica, são de leitura corrente e agradável, o que soma um elemento a mais à urgência com que precisam ser lidos e socializados. Vamos lá, então!

Carla Batista

Coordenadora do Fórum de Mulheres de Pernambuco

Educadora do SOS Corpo Gênero e Cidadania



Gênero e Sexualidade entre Jovens do Recife¹

Em 1994, entrevistei trabalhadoras rurais do Sertão de Pernambuco para uma pesquisa sobre direitos reprodutivos (Portella *et al.*, 1998). Em meio à riqueza de informações que aquela pesquisa me proporcionou, um tema, em especial, provocou-me surpresa: o desejo de liberdade que as mulheres expressavam. O que elas mais queriam era andar livremente, sair e voltar para casa quando lhes aprouvesse. Eu não esperava encontrar entre mulheres adultas e, no final do século XX, a reivindicação primária do direito de ir e vir. Mas lá estava ela, presente na fala de praticamente todas as mulheres, em todos os

¹ Gostaria de agradecer os valiosos comentários — nem todos incorporados como eu gostaria ou acho que deveria — de Régina Barbosa, Wilza Villela, Albertina de Oliveira Costa e de todos/as os/as participantes do *III Seminário do Programa de Treinamento em Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde*, realizado em São Paulo, em maio/junho de 2000.

grupos etários, casadas e solteiras. Eis que, passados quatro anos, entrevisto jovens mulheres urbanas, estudantes de classe média no Recife. E o tema da liberdade retorna.

Em um contexto sociocultural completamente diverso e em uma faixa de idade bem menor, as meninas descrevem suas vidas como uma espécie de prisão, na qual são vigiadas pela família e pelos namorados e sonham com um futuro em que poderão ser livres para agir sem ter que prestar contas de seus atos. Muita coisa mudou, é verdade. É verdade que tanto as sertanejas quanto essas meninas — e muito mais estas que aquelas —, têm muito mais possibilidades de escolha em suas vidas do que há trinta anos. Não obstante a queixa, essas meninas têm um projeto profissional próprio, circulam socialmente de modo bastante amplo e, entre outras coisas, podem experimentar uma vida amorosa que foi negada às suas avós.

E por que a queixa? E por que o desejo de liberdade? Um olhar apressado me levou a indagar: acaso já não são livres? Elas dizem que não. E os rapazes têm a mesma percepção, indicando que, a despeito das mudanças ocorridas nas últimas décadas, as desigualdades de gênero permanecem como um fato na vida de garotas e rapazes. Neste artigo, procuro analisar de que modo essas desigualdades são percebidas e vividas por esses rapazes e essas garotas, interessando-me, sobretudo, pelo modo como são absorvidas as transformações produzidas pelo feminismo e pelo movimento de mulheres.

Pertencentes às camadas médias, esses/as jovens estão expostos/as a um universo amplo e variado de informações, em um contexto familiar em que os arranjos tradicionais de gênero — homem/provedor e mulher/doméstica — já não existiam quando eles/as nasceram. Interessa-me, portanto, verificar de que modo as desigualdades de gênero, mas também os possíveis movimentos em direção à igualdade, se expressam nesse contexto, sem perder de vista o fato de que, historicamente e não sem ambigüidades, os setores médios da sociedade cumprem um importante papel de construção e difusão de idéias, atitudes e comportamentos.

Meninas e Meninos: Um Rápido Perfil

Para realizar esta pesquisa,² entrevistamos 16 rapazes e 15 garotas entre 12 e 20 anos de idade,³ estudantes de uma escola particular do Recife, localizada em um bairro de classe média na região central da cidade. Realizamos entrevistas semi-estruturadas sobre os temas *sociedade e política, gênero, relações amorosas, sexualidade e saúde*. As entrevistas foram feitas na própria escola, em maio de 1998, com duração média de uma hora.

Fundada em 1969, a escola enquadra-se na categoria das chamadas *escolas alternativas*, apresentando as características identificadas por Revah (1995) em seu estudo sobre as pré-escolas alternativas em São Paulo. Estas escolas foram parte de um campo maior de ações consideradas alternativas que grassaram durante as décadas de 70 e 80 por iniciativa de setores intelectualizados da classe média. Essas experiências pedagógicas recusavam o ensino tradicional e buscavam articular as dimensões política e cultural no cotidiano escolar. No seu início, foram norteadas pelos princípios de oferecer liberdade à criança, respeitar os seus interesses, criar um ambiente afetivo e desafiador, valorizar o prazer, o lúdico, o jogo, a criatividade e a imaginação. Em meados dos anos 80, no entanto, essas escolas passam por modificações profundas, ampliando o atendimento para o primeiro e segundo graus e inserindo-se no mercado de modo mais agressivo, na

² Esta pesquisa foi parte do *Programa de Treinamento em Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva*, promovido pelo ISC/UFBA, IMS/Uerj, Nepo/Unicamp, com o apoio da Fundação Ford. Além disso, foi parte do Projeto *Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos nas Escolas*, do SOS Corpo. Gostaria de agradecer a Tácia Gouveia, Carla Batista, Rosana Lucena e Márcia Larangeira, minhas colegas no SOS Corpo, pela realização da maior parte das entrevistas. A Tácia Gouveia agradeço especialmente pela enorme paciência em me escutar durante a análise dos dados e pelas muitas conversas que tivemos sobre o tema, que me foram extremamente úteis na redação deste artigo. Agradeço ainda à direção da escola e, em particular, ao Setor de Psicologia e Orientação Educacional pelo apoio na realização da pesquisa.

³ Todos/as os/as informantes participaram da pesquisa voluntariamente a partir de convite feito em sala de aula por diferentes professoras da escola. Os/as menores de 18 anos tiveram uma autorização de participação assinada pelos pais ou responsáveis.

entativa de aproximar os ensinos “alternativo”, tradicional e moderno⁴. Questões escolares clássicas são retomadas e a disciplina e o lucro ganham espaço, sendo ressignificados no discurso das direções destas escolas (Revah, 1995:52-61).

A escola em que trabalhamos continua a atender crianças e jovens egressos de setores intelectualizados da classe média, mas estes já não são majoritários no quadro geral de alunos. Os jovens que entrevistamos vivem em famílias cujos rendimentos variam entre mil e cinco mil reais, tendo acesso a uma larga gama de bens de consumo e bens culturais. São filhos/as de profissionais liberais e funcionários/as públicos, que residem em casas e apartamentos próprios e amplos, em bairros próximos à escola. De modo geral, vivem com pai, mãe e irmãos, mas cerca de um terço vive apenas com a mãe e irmãos. O trabalho é uma atividade ausente para a maioria, mas para alguns é uma atividade esporádica e prazerosa, realizada de modo a não comprometer os estudos.

Esses jovens levam uma vida confortável e, graças ao bom nível de renda das famílias, podem circular e usufruir do que a cidade oferece em termos de lazer e diversão. Assim como outros jovens residentes em áreas urbanas, têm uma vida social relativamente intensa, indo com frequência a shows, restaurantes, bares e clubes, espaços privilegiados para os encontros amorosos.

Diferentemente dos jovens de outros grupos,⁵ esses apresentam um perfil conservador no que se refere à política e à cultura. Apenas três meninas, todas com 15 anos ou mais, disseram-se insatisfeitas em morar no Recife em função dos limites da formação profissional e do mercado de trabalho na cidade. Essas mesmas meninas declaram-se insatisfeitas com o Brasil e suas razões escapam do campo individual. Renata⁶ tem 18 anos e diz: *“Gosto de ser brasileira e gosto do Brasil, mas também não gosto como ele é visto no mundo e como ele se faz diante do mundo. Eu, às vezes, não sinto vergonha do Brasil porque ele passa dificuldades, eu sinto vergonha das pessoas que fazem o Brasil, dos brasileiros,*

⁴ Revah associa modernidade à tecnocracia, à indústria cultural, à cultura de massas, ao consumismo e a outros aspectos ligados à consolidação do capitalismo tardio.

⁵ Como aqueles entrevistados por FIÚZA (1991).

⁶ Para preservar o anonimato dos/as informantes, todos os nomes são fictícios.

sei lá, a falta de instrução dos brasileiros, a alienação, a hipocrisia". Elas indicam ainda a violência, a pobreza, a injustiça social, o desemprego, a fome e a imagem externa negativa como motivos de insatisfação. Recife parece não ser Brasil e o Brasil parece ser um "lá-fora" onde as coisas negativas acontecem.

O grau de satisfação com a vida que levam é também muito alto. Meninos e meninas descrevem com clareza seu lugar de classe, concentrando-se basicamente nas suas condições materiais. Há dois eixos em torno dos quais a vida é valorada: a capacidade de consumo e a possibilidade de diálogo intra-familiar. São poucas as referências ao contexto social, a vida de que falam é circunscrita ao âmbito pessoal e familiar, do qual, mais do que da cidade, sentem-se parte.

Assim, afirmam que têm o suficiente — casa, estudo, comida, família, amor —, não lhes faltando nada. A consciência do lugar que ocupam na sociedade é tal que alguns afirmaram sequer se preocupar com a vida, pois tudo o que querem conseguem. Com palavras semelhantes, muitos jovens reafirmaram o que foi dito por Isaac, de 17 anos, quando perguntado se estava satisfeito com a vida que levava: *"Tô bastante, porque tudo que eu quero eu consigo e me dou bem, não me dou mal"*. Perguntados se, mesmo satisfeitos, teriam alguma coisa a melhorar na vida, a única melhoria material que apareceu nas respostas foi "ter mais dinheiro". Uma boa parte gostaria de ir melhor nos estudos e outra parte significativa deseja ter mais harmonia nas relações familiares, expressa através de um maior diálogo com pais e irmãos.

O que acontece no mundo, como disse, parece não lhes dizer muito respeito. Embora quase todos vejam TV diariamente e dois terços leiam jornais com a mesma frequência, sua preferência não se concentra nos temas da política ou da sociedade em geral. Mais de um terço dos jovens não sabem o nome do prefeito e mais da metade não sabem o nome do governador do Estado. Mais uma vez, o grau de informação aumenta no nível nacional, mas mesmo assim duas meninas com mais de 15 anos não souberam dizer quem era o presidente da República. As mulheres que atuam na política não foram citadas em nenhum momento e a mulher que mais admiram — meninos e meninas — ainda é a mãe.

Cinema e teatro não gozam de muito prestígio entre eles/as, mas a Internet tem adeptos e alguns fazem uso diário da rede. Declaram-se católicos, na maioria, mas

cerca de um quarto disse não ter religião. Com relação à cor ou raça, a metade declarou-se branca e os demais declararam-se mestiços. Finalmente, a metade já repetiu alguma série.

Igualdade entre os Sexos: A Diferença no Olhar

Estes jovens nasceram em um momento em que as grandes transformações culturais ocorridas no mundo ocidental nas últimas décadas já se tinham estabilizado e, em alguns casos, sido disseminadas maciçamente através dos meios de comunicação. Entre elas, as idéias de igualdade e liberdade sexual para mulheres e homens. Já em 1968, uma pesquisa com mais de 500 estudantes de cursinho em São Paulo (Goldberg, 1975) indicava que a idéia de igualdade entre homens e mulheres era um valor importante, assim como a liberdade sexual para ambos os sexos.

Em 1978, ano de nascimento dos jovens mais velhos que entrevistei, a “segunda transição demográfica” já se havia efetuado. De acordo com Bozon (1995:122), a evolução do estatuto feminino é o principal motor dessa transição, caracterizada por fenômenos como a queda na fecundidade, a diminuição dos casamentos, o aumento dos divórcios e o crescimento das situações monoparentais. As mudanças no comportamento sexual já estavam dadas, especialmente o aumento do número de parceiros entre as mulheres e a diminuição da idade para a primeira relação sexual para ambos (Giami & Schiltz, 1996:128). Todas essas mudanças resultam de (e produzem) novas transformações nas relações de poder entre homens e mulheres, tanto na esfera privada quanto na esfera pública. Nos últimos quarenta anos, não sem conflitos e de modo algum definitivo, as mulheres vêm conquistando poder e, com isso, produzindo também novas idéias a respeito das relações de gênero.

Tanto os rapazes quanto as garotas têm clareza com relação a essas mudanças e as avaliam positivamente.⁷ Baseando-se no que lhes disseram seus pais e mães, meni-

⁷ Para chegar a estas informações, tínhamos três perguntas na entrevista: “Como você imagina que era a vida de sua mãe/seu pai quando ela/ele tinha a sua idade?”, “Você acha que a sua vida hoje é melhor ou pior do que a dele/a e por quê?” e “Como você acha que será sua vida quando você tiver 30 anos?”.

nos e meninas identificam claramente as mudanças: hoje têm mais liberdade, mais opções de diversão, maiores possibilidades de estabelecer vínculos amorosos e de exercer a sexualidade. Ser jovem hoje também é melhor porque, pertencentes a famílias que ascenderam socialmente,⁸ não precisam trabalhar na juventude e podem se dedicar aos estudos e ao lazer. As mudanças na vida das mulheres são mais evidentes. Todos/as percebem que houve alterações importantes nas relações de gênero, mas as meninas, por razões que explorarei a seguir, insistem em que a construção da igualdade nesse campo é um processo difícil que ainda está em curso. Arlete tem 13 anos e exemplifica o modo como as meninas entendem esse processo: *“Antigamente os homens é que trabalhavam e as mulheres cuidavam da casa. Agora as mulheres querem mudar e os homens não estão aceitando isso. Não sei, eu acho que os homens estão com medo de perder a pose de ser assim o que trabalha e a mulher fica em casa”*. Ela diz que a sua mãe teve uma vida dura, que ela não tem porque, ao contrário de sua avó, a sua mãe é mais liberal.

Vale a pena transcrever parte da história contada por Renata, 18 anos, sobre a sua mãe, utilizada como um contraponto para demarcar as diferenças em sua própria vida: *“Minha mãe casou com dezessete anos, eu tenho dezoito. (...) minha mãe sofria muito com a repressão dos pais, com o machismo dos pais. Era o maior inferno a vida dela. A mãe dela era muito violenta, batia muito nela, então o sonho dela era fugir de casa, ela queria qualquer coisa que simbolizasse a fuga dela. Meu pai seguiu não só o exemplo do pai, mas da geração dele. Além de machista, ele era muito garanhão. Ele é doze anos mais velho que minha mãe e conheceu minha mãe quando ela tinha 15 anos (...) e paiinho era para ela o quê? Era apenas o príncipe encantado que vinha tirar ela das garras da bruxa má, do castelo sombrio. Minha mãe perdeu a virgindade cedo, ela conversou com a gente a respeito de uma possível gravidez que ela teve com 16 anos, mas ele foi superfrio, levou ela numa farmácia e fez ela tomar uma injeção para abortar. Ela via meu pai como o príncipe dela, como a salvação. E foi horrível para ela porque num instante se transformou de príncipe num sapo”*.

⁸ De acordo com o relato de boa parte dos jovens, seus pais cresceram em famílias com menor poder aquisitivo e tiveram que trabalhar muito cedo para garantir os estudos.

Pode-se identificar no argumento dessas meninas algumas idéias basilares do feminismo: a repressão familiar levando ao homem e ao casamento como solução para a vida das mulheres, o controle dos homens sobre as mulheres, a “desilusão” com a vida conjugal, a saída das mulheres da reclusão doméstica, o protagonismo feminino no processo de mudança e o conflito entre homens e mulheres como parte desse processo. A reconstrução crítica da história de suas mães — e pais — lhes oferece uma base para projetarem o próprio futuro.

Mas ao trazer as questões para a experiência concreta de meninos e meninas, as opiniões mudam consideravelmente. A percepção das mudanças sofre um corte de gênero radical que incide sobre a sua valoração por parte dos jovens. O que melhorou no mundo melhorou comparativamente à geração anterior, mas, no interior da mesma geração, as desigualdades de gênero são claramente identificadas e legitimam a fala de que há muito por mudar ainda. É nesse campo que a insatisfação aparece, obviamente por parte das meninas, embora eu tenha encontrado em alguns meninos se não insatisfação, pelo menos um certo mal-estar com a sua própria condição.

Para as meninas, as conquistas das mulheres são valorizadas porque levam à igualdade com os homens. Elas usufruem dessas conquistas, sabendo que a sua situação é muito diferente daquela vivida por suas mães. Mas a permanência dos privilégios masculinos parece ser particularmente relevante neste momento da vida em que se faz a passagem de uma etapa da vida em que tudo era igual para todos — a infância — para outra em que as diferenças marcam-se de modo inequívoco. Sandra, 17 anos, diz que *“Se forem crianças, os adultos tratam iguais (sic). Agora se forem assim, já jovens, tratam diferente, sim. Aí os pais prendem mais as meninas e soltam mais os homens. Tem pais que quando vê (sic) que o filho tá muito preso oferece o carro pro menino ir pro motel. Então existe diferença”*.

As mudanças do corpo trazidas pela adolescência terminam por também funcionar como memória do momento em que os limites de gênero entram na vida das meninas.

A fronteira desta desigualdade é a liberdade: presente e socialmente valorizada na vida dos meninos, ausente e apenas individual e solitariamente valorizada na vida

Pode-se identificar no argumento dessas meninas algumas idéias basilares do feminismo: a repressão familiar levando ao homem e ao casamento como solução para a vida das mulheres, o controle dos homens sobre as mulheres, a “desilusão” com a vida conjugal, a saída das mulheres da reclusão doméstica, o protagonismo feminino no processo de mudança e o conflito entre homens e mulheres como parte desse processo. A reconstrução crítica da história de suas mães — e pais — lhes oferece uma base para projetarem o próprio futuro.

Mas ao trazer as questões para a experiência concreta de meninos e meninas, as opiniões mudam consideravelmente. A percepção das mudanças sofre um corte de gênero radical que incide sobre a sua valoração por parte dos jovens. O que melhorou no mundo melhorou comparativamente à geração anterior, mas, no interior da mesma geração, as desigualdades de gênero são claramente identificadas e legitimam a fala de que há muito por mudar ainda. É nesse campo que a insatisfação aparece, obviamente por parte das meninas, embora eu tenha encontrado em alguns meninos se não insatisfação, pelo menos um certo mal-estar com a sua própria condição.

Para as meninas, as conquistas das mulheres são valorizadas porque levam à igualdade com os homens. Elas usufruem dessas conquistas, sabendo que a sua situação é muito diferente daquela vivida por suas mães. Mas a permanência dos privilégios masculinos parece ser particularmente relevante neste momento da vida em que se faz a passagem de uma etapa da vida em que tudo era igual para todos — a infância — para outra em que as diferenças marcam-se de modo inequívoco. Sandra, 17 anos, diz que *“Se forem crianças, os adultos tratam iguais (sic). Agora se forem assim, já jovens, tratam diferente, sim. Aí os pais prendem mais as meninas e soltam mais os homens. Tem pais que quando vê (sic) que o filho tá muito preso oferece o carro pro menino ir pro motel. Então existe diferença”*.

As mudanças do corpo trazidas pela adolescência terminam por também funcionar como memória do momento em que os limites de gênero entram na vida das meninas.

A fronteira desta desigualdade é a liberdade: presente e socialmente valorizada na vida dos meninos, ausente e apenas individual e solitariamente valorizada na vida

das meninas. A idéia de liberdade aqui está associada claramente aos campos da sociabilidade e da vida amorosa, percebidos como aqueles nos quais os constrangimentos familiares e sociais são maiores. Está presente também uma inflexão de gênero e idade. Há limites à liberdade das meninas que são entendidos como próprios da idade, mas na comparação com os rapazes da mesma idade elas percebem que há outros limites que não se justificam pela juventude, mas pelo fato de serem do sexo feminino. A falta e o desejo de liberdade, na verdade, condensam a compreensão que as meninas — e os meninos — têm a respeito dos padrões de gênero. É importante ressaltar, no entanto, que em nenhum momento, foram apontadas restrições ao desenvolvimento da autonomia das meninas no campo profissional. Mas as restrições à sociabilidade e à vida amorosa parecem ser sentidas pelas meninas como algo que diz respeito à totalidade de suas vidas, interferindo, portanto, na construção de seus projetos pessoais — o que não aconteceria com os meninos. Elas têm clareza de que os padrões de gênero alteram o seu cotidiano de modo imediato e também lhes determinam a vida e o futuro.

De outro modo, com menos revolta e desejo de mudança, os meninos também identificam as desigualdades e as compreendem como injustas, mas não parecem ter muita certeza a respeito do impacto que as injunções de gênero têm nas suas próprias vidas. Diferentemente das meninas, os meninos percebem que são estimulados a desenvolver a autonomia e que lhes é dada a possibilidade de construção de projeto(s) pessoal(is) que pode(m) envolver todas as esferas da vida. João, de 13 anos, acredita que *“a mulher está sendo muito discriminada ainda. Um homem advogado e uma mulher advogada, se eles forem do mesmo nível, tenho certeza que a mulher vai ganhar menos que o homem. Por quê? Porque muitos dizem que a mulher, o lugar dela é em casa, cuidando das crianças, fazendo comida para o pai, essas coisas”*. Afirma que *“o homem e a mulher deviam ter os mesmos direitos”* mas, assim como a grande maioria dos rapazes, parece não se perceber como parte desta situação, descrevendo-a e julgando-a como se ela lhe fosse exterior. João e outros rapazes entrevistados fazem uma idéia positiva do lugar social ocupado pelos homens, acreditando que é justo que as mulheres cheguem até ele para que se estabeleça a igualdade e a justiça de gênero. Mas nada em suas falas indica que eles sejam parte desse processo.

Talvez por isso os meninos projetem o próprio futuro com menos “imaginação” que as meninas. Assim como já foi apontado em outros trabalhos a respeito das projeções que os jovens fazem a respeito do próprio futuro (Salles, 1995; Goldberg, 1975; De Mello, 1996), rapazes e garotas desejam estar bem profissionalmente, trabalhando e vivendo em condições financeiras iguais ou melhores àquelas em que se encontram hoje. A diferença entre meninos e meninas se apresenta quando pensam em sua vida amorosa. Em sua análise sobre amor e sexualidade na França, Michel Bozon (1995:123) indica que, a despeito da diminuição dos casamentos, seria falso concluir pelo declínio do casal. Seja qual for a sua forma institucional, de acordo com esse autor, o casal continua sendo uma realidade para a maioria das mulheres. Eu diria que, entre os jovens que entrevistei, o casal é uma realidade para homens e mulheres e o casamento — com filhos, sobretudo —, como uma das formas institucionais do casal, é uma realidade mais forte para os homens e muito menos para as mulheres, por razões ligadas às desigualdades de gênero que serão discutidas ao longo deste artigo.

Assim, os rapazes se vêem, no futuro, casados e com filhos e apenas quatro se imaginam solteiros e sem filhos. Entre as meninas a variação é maior. Menos da metade das meninas quer para si um futuro de casada com filhos, as demais desejam casar e não ter filhos, ter filhos sem casar e permanecer solteiras sem filhos. A perda de centralidade do casamento com filhos é bastante evidente nas falas das meninas. Para a maioria das meninas, há uma clara associação entre essa forma de família e a perda de autonomia das mulheres, que elas recusam em seus projetos de futuro. Em um discurso francamente individualista, elas afirmam com veemência os desejos de independência, de não se preocupar com ninguém e não dar satisfações sobre a própria vida. Glória, 16 anos, expressa seu desejo de liberdade e sintetiza de modo enfático as novas possibilidades colocadas para as meninas: *“Com trinta anos espero não tá casada, sem filhos, só vivendo a vida para mim mesma. Queria não ter nenhum compromisso com nada, ter tempo livre, viajar pelo mundo. Sei que isso vai ser impossível, mas assim, ficar de perna pro ar, sem dar satisfação a ninguém, pronto. Mas, com certeza, pelo menos uma vez eu vou conseguir fazer isso”*.

Os projetos de vida das meninas repercutem o processo de mudança cultural no qual as tecnologias reprodutivas desempenham um importante papel. A

dissociação entre sexualidade e reprodução permitida pelo surgimento da pílula convive hoje com a dissociação entre reprodução e casamento. Desenvolvidas prioritariamente para as mulheres, essas tecnologias terminaram por chamar a atenção para a possibilidade de autonomia das mulheres no campo reprodutivo. Em alguns casos, nem sempre tão independentes, é bom que se ressalte, essa autonomia realiza-se através das “produções independentes”, com ou sem a participação direta dos homens. É essa possibilidade que as meninas revelam quando projetam o seu futuro. No seu discurso, o casamento já não ocupa o lugar central: não é através dele que conseguirão o seu sustento nem mais precisam dele para o exercício da maternidade. Associam-se aqui duas importantes idéias feministas: a autonomia financeira e a autonomia reprodutiva como condições da constituição das mulheres como sujeitos de suas próprias vidas.

Os meninos, por sua vez, parecem saber que a liberdade de decidir sobre a própria paternidade cada vez mais escapa das mãos dos homens e, por isso, ao pensar em filhos associam-nos imediatamente ao vínculo profundo e duradouro com uma mulher através do casamento. No casamento, imaginam-se como provedores, o que lhes provoca uma certa angústia e lhes faz ver o casamento como algo de grande responsabilidade e compromisso. As noções de responsabilidade e compromisso como indicadores de masculinidade aparecem como valores importantes que se projetam na sua capacidade de constituir e prover uma família no futuro. A angústia que revelam pode ser melhor compreendida se pensarmos que estão vivendo um momento da vida que é traduzido pelo intervalo entre a posse de condições de reprodução biológica (sexual) e de produção social (maturidade física e mental para o trabalho) e o reconhecimento por parte da sociedade de sua habilitação plena para o desempenho dessas atividades na vida adulta (Sposito, 1993:163).

As meninas, por seu turno, não se projetam como donas de casa e, sim, como profissionais economicamente independentes. É Renata que mais uma vez expressa de modo claro o modo como as meninas tentam articular a vida profissional e amorosa: *“Quero ser arquiteta, estar lutando por meus sonhos, conseguindo meus sonhos aos poucos. Eu queria ter um filho ou dois no máximo. Não queria ter um marido, não era bem isto, sabe? Queria estar sendo correspondida por alguém nos meus trinta anos, alguém que tivesse a cabe-*

ça parecida com a minha, que me respeitasse". Essa possibilidade de autonomia profissional e financeira das meninas — que representam o grupo no qual, provavelmente, eles encontrarão suas futuras companheiras — parece não fazer parte do universo dos rapazes, mesmo quando uma parte significativa deles vem sendo sustentada e educada apenas pela mãe e a outra reside em casas onde as despesas são divididas entre o casal e mesmo quando essa mãe é indicada como a pessoa que eles mais admiram justamente pela capacidade de trabalho e de educar os filhos.

Há uma certa “cegueira” de gênero que indica de modo muito claro como representações — neste caso, a tradicional visão do homem como provedor e da mulher como doméstica — podem se sobrepor às práticas (a quase inexistência de “domésticas” entre mães e mulheres mais velhas do círculo familiar dos meninos) e a elas sobreviverem por muito tempo. Apenas as meninas identificam em suas famílias e no mundo a dupla jornada feminina — provavelmente porque em algum momento de suas vidas tiveram que dividi-la com as mulheres adultas da família. Para os rapazes, o homem continua sendo aquele que mais trabalha na família sendo, portanto, o chefe. É este lugar masculino que eles vêem na família — invisibilizando ou minimizando por sua própria conta o trabalho feminino —, que projetam para si mesmos no futuro. Parece-me que, mais do que as evidências concretas relativas à provisão da família, está em jogo aqui as relações de poder existentes no ambiente familiar e social que sobrevaloriza, no campo do trabalho e do dinheiro, o que é masculino em detrimento do que é feminino. Em outras palavras, os estereótipos da mulher/doméstica e do homem/provedor preponderam no universo dos meninos mesmo sendo frontalmente contrariados pelo cotidiano de cada um deles. Opera-se aqui uma curiosa inversão: socialmente é o trabalho doméstico realizado pelas mulheres que é invisível e, no âmbito da família, do ponto de vista desses meninos, é o trabalho profissional das mulheres, realizado fora de casa, que é invisível.

Ser Menino ou Menina: O que se tem e o que se quer

De acordo com Marqués (1997:19), a noção de importância é um dos elementos centrais na constituição da masculinidade em sociedades patriarcais. Os meninos

são informados da importância e da superioridade de ser homem através de diferentes processos presentes em todas as estruturas sociais que, ao longo de suas vidas, lhes indicam que eles são importantes porque as mulheres não são e porque eles se comunicam e se relacionam com o que é socialmente importante. Para esse autor, o modelo-imagem de homem baseado na importância cumpre duas funções contraditórias. Ao mesmo tempo que ajuda o homem a mostrar-se altivo diante das mulheres e a cumprir com as obrigações consideradas próprias do seu sexo, esse modelo é fonte de angústia ao provocar a comparação dos homens entre si e de cada um com os símbolos maiores da importância masculina.

Entre os rapazes que entrevistei, encontrei, como vimos acima, não apenas a idéia de importância, como também, em menor medida, a presença da angústia provocada pelas exigências desse modelo de masculinidade. Assim, os meninos gostam de ser meninos, reconhecem o lugar privilegiado que ocupam e valorizam o fato de terem liberdade, de poderem sair, brincar, de não serem alvo de preconceito; sabem que a sociedade lhes trata melhor e que o machismo — dito assim mesmo — lhes facilita a vida. Afirmam a força, a virilidade, o fato de se destacarem diante das mulheres. Mas apontam algumas desvantagens, como ter que se destacar sempre, ter mais responsabilidade que as meninas — provavelmente ligado ao fato de se projetarem como provedores —; o trabalho, o estudo e o exército são vistos como obrigações de grande responsabilidade para cumprirem com as expectativas sociais a respeito do seu desempenho como homem.

Bruno tem 15 anos, mas já percebe que o modelo de masculinidade prevalecente não lhe é totalmente favorável e indica suas dificuldades: *“Você vai, estuda, cresce, se forma, arruma um trabalho. Tá trabalhando, se casa. Se casa, tem um filho. Aí o homem tem sempre que exercer aquele papel de forte, de quem bota o dinheiro dentro de casa, sei lá. Acho que comigo isso não vai acontecer, não. Mas tem muita gente aí que acha que o homem tem que botar o papel de durão, de forte, que não chora. Por exemplo, um homem chorar é difícil. Agora, aquele que chora eu acho que é o homem mais macho, é aquele que tem força para dizer eu vou chorar mesmo, eu tô sentindo, quero chorar e vou chorar mesmo e pronto. Hoje em dia já é imposto, o homem tem que ser forte, não pode chorar, tem que sustentar a mulher, essas coisas*

assim já impostas pela sociedade. Essas coisas eu acho a pior parte de ser homem". Ser o forte e ter que sustentar a família são indicados como desvantagens, embora nem Bruno nem qualquer dos rapazes que compartilhavam do seu ponto de vista se refiram explicitamente à divisão de responsabilidades com as mulheres como algo desejável. Ainda situados no lugar de "importantes", parecem não achar possível solucionar suas angústias ou modificar sua situação junto com as meninas porque não as percebem nem as entendem como parte de uma mesma situação. Quando fazem referências à igualdade entre homens e mulheres, não se atêm à divisão de responsabilidades, mas sim à concessão de direitos às meninas que as retiraria da situação de desvantagem frente a eles — o que, dito desta forma, parece não implicar mudanças na situação dos rapazes.

Mas quase a metade dos meninos disse que não havia nada de ruim no fato de ser menino. Pedro, de 14 anos, explica as razões da sua satisfação em ser menino, mais uma vez tocando no tema da liberdade: *"É legal. Você não tem esse negócio de se você sair por aí o pai fica preocupado. Porque você é homem, você tem uma educação diferente. Quando é rapaz, eles (os pais) só dizem: cuidado, não vá beber. Só isso. É até um pouco mais vantajoso"*.

Entre as meninas, a insatisfação é bem maior: apenas um terço se sente bem em ser menina. A lista de desvantagens é imensa: menos direitos, falta de liberdade, preconceito, desigualdade social, exigência de ser supermãe, mulher, esposa e profissional. Maria tem 18 anos e revolta-se com o fato de ser mulher: *"Eu acho muito complicado, eu preferia ser homem. Porque menina, se sai e fica com um monte de meninos, dizem que é galinha, que não presta. Esse negócio de sair de casa e ter hora pra voltar, dizer com quem vai, com quem volta. E esse negócio de 'Ave Maria, pode engravidar!'"* Eu acho que menino tem a liberdade dele mais cedo". Elas têm consciência da multiplicidade de funções que as mulheres desempenham e da sobrecarga de trabalho que isso lhes acarreta, mas não se referem a isso em termos de responsabilidades, como o fazem os meninos. O trabalho das mulheres — dentro e fora de casa — é entendido como carga e não como responsabilidade; é uma injunção externa que entra em conflito com aquilo que as meninas desejam para si.

As meninas indicam também as desvantagens presentes no próprio corpo: o perigo de engravidar, os limites provocados pelo fato de ter que fazer xixi sentada, as mudanças corporais trazidas pelo crescimento e mantidas no ciclo menstrual, a necessidade de depilação, a própria menstruação. Falam de sofrimento e azar por terem nascido meninas e de não poderem dispor livremente de seu corpo e seu desejo. Se o fazem, sua reputação será marcada negativamente, em um momento da vida em que o grupo é fundamental para a construção da identidade e para a afirmação pessoal. Mas as meninas percebem que, de um modo diferente, os meninos também sofrem pressões. Pressões que elas também consideram injustas e que elas mesmas não gostariam de sofrer, como bem indica Manuela, 15 anos: *“O menino sofre mais pressão pra tudo o que vão fazer. Desde pequeno, eles têm que ficar azarando as meninas (...) têm que ser o macho; e as meninas, não, elas vão crescendo e as coisas vão acontecendo para elas. O tempo inteiro, desde os tempos antigos, o homem foi visto como o maioral. A gente não tem esse tipo de pressão. Se a gente é mais ou se a gente é menos, não importa. As mulheres não precisam ser vistas como as ‘tampas’,⁹ as boas, quem tem que ser visto assim na sociedade são os homens”*.

As garotas compreendem os meninos — mais que os adultos — como os agentes cerceadores da sua liberdade e talvez por isso não hesitam em desqualificá-los com adjetivos que expressam a sua própria superioridade (reprimida por eles): bobos, idiotas, crianças, mente pequena, seres inferiores, deploráveis, infantis, alienados. Essa referência basicamente negativa que as meninas fazem aos rapazes aparecerá em outros temas e parece estar ligada, de acordo com Villela e Barbosa (1996:197-198), ao modo distinto com que mulheres e homens lidam com as profundas transformações que ocorreram na condição social da mulher nos últimos anos. Para as mulheres, ainda de acordo com as autoras, a constatação de que hoje o seu espaço no mundo é mais amplo permite uma maior assertividade que lhes possibilita referir-se aos homens a partir da percepção dos limites e fragilidades deles. No entanto, isso nem sempre se traduz num questionamento ou enfrentamento da desigualdade que pontua suas relações.

⁹ Gíria local. Significa alguém que é muito bom em alguma coisa.

Para os homens, o reconhecimento das mudanças produz uma certa cautela de modo a garantir uma demarcação da diferença e sua manutenção num lugar de poder (Villela & Barbosa, 1996:198). Assim é que os rapazes, ao descreverem as meninas e expressarem suas opiniões sobre elas, são muito mais benevolentes, se é que se pode utilizar este termo. Descrevem as meninas de modo complementar, como possuidoras do que lhes falta, mas também como mais sensatas, sensíveis, amigas, são a alegria da vida e a melhor coisa que existe, evidenciando, com isso, o tradicional discurso de exaltação da mulher e da feminilidade. Ao pensar nas relações de gênero de um modo mais genérico, para além de suas experiências pessoais imediatas, os meninos não percebem situações conflitantes. Ao contrário, utilizam-se da noção de complementaridade, ressaltando nas meninas as qualidades que lhes faltam. Boa parte dessa benevolência irá se perder quando se referirem às experiências amorosas, como se verá a seguir.

A gravidez e o parto ocupam um curioso lugar de demarcação dos espaços de gênero: as meninas indicam o fato de engravidar e parir como sendo o melhor de ser mulher e os rapazes apontam o fato de não engravidar e não parir como uma das grandes vantagens de ser homem. Engravidar e parir parecem ser os únicos elementos do território feminino que até o momento não são cambiáveis com os homens.

Depois das intensas transformações socioculturais das últimas décadas, nas quais a androginia e o transexualismo são apenas as faces mais visíveis de um processo de ressignificação dos atributos de gênero, a gravidez e o parto resistem como um modo de dar significado e valorizar a própria identidade de gênero.

O mau julgamento que as meninas têm sobre os meninos não parece afetá-los em nada, provavelmente por ser um julgamento que provém de fonte não importante. Em nenhum momento, os rapazes se referem à sua conduta como sendo algo passível de reduzir o seu valor diante das meninas e, por isso, não se colocam questões a respeito de possíveis mudanças individuais. O julgamento dos meninos sobre as meninas, por sua vez, não apenas afeta-as, como é orientador do seu comportamento social e individual. O julgamento masculino simbolizaria, como é sabido, um julgamento universal, representando as concepções do grupo social mais amplo a respeito das mulheres. As meninas parecem saber disso e, por isso,

valorizam o julgamento masculino embora o considerem injusto e encontrem formas de burlá-lo e adaptá-lo às suas próprias concepções e aos seus desejos.

A Liberdade (Mal) Repartida

Quando o foco é deslocado do indivíduo para as relações entre homens e mulheres, a questão da desigualdade aparece de modo enfático entre as meninas, obviamente, mas também entre os rapazes. A desigualdade é reconhecida e identificada no tratamento diferenciado entre meninos e meninas por parte dos adultos, na discriminação no trabalho, na divisão sexual do trabalho (no fato do homem não fazer serviço doméstico), no fato das meninas serem mimadas, no machismo, na falta de liberdade das meninas, na existência de campos sociais específicos para cada sexo, no controle da sexualidade das meninas, nos privilégios masculinos, na ausência de mulheres na política e na violência contra as mulheres.

O tema da educação diferenciada engloba boa parte dos temas listados pelos jovens. A educação diferenciada também é percebida pelo eixo da liberdade: as meninas são superprotegidas, mantidas mais em casa que os meninos, enquanto que estes gozam de liberdade para usufruir do mundo. Os meninos entendem essa superproteção de dois modos: como um melhor tratamento que é dado às meninas — em alguns momentos, invejado por eles —, mas também como uma forma de poupar as meninas da vida real, enquanto eles têm que aprender desde cedo o que é a dureza da vida. Isso se associa à idéia de responsabilidade presente na fala dos meninos com relação à identidade masculina.

Haveria uma necessidade mais clara de preparar os rapazes para as responsabilidades futuras que eles têm de assumir e, num outro campo, de permitir que a sua masculinidade seja definida precocemente, o que se faz no mundo público. O medo de cair numa possível homossexualidade, comprometedora de sua masculinidade e, portanto, de seu futuro, aparece no discurso dos meninos com uma frequência surpreendente, confirmando a idéia da ordenação da masculinidade como algo que está sempre em perigo e que deve ser a todo momento defendida (Leal, 1996:128). Romero, 19 anos, percebe isso com clareza: *“O homem, a gente diz que tem que gostar de mulher, tem que fazer as coisas de homem, jogar bola, sei lá, empi-*

nar pipa, esses negócios. Não deixa brincar de boneca pra não virar meio frango. E pra mulher, não. Pra mulher é fazer a mulher ficar mais em casa, mais cuidado, mais segura, um negócio desse aí, mais inocente”.

Os rapazes acreditam ainda que as meninas são mais frágeis e, por isso, devem ser mesmo protegidas e mais controladas. Embora considerem aceitável uma certa redução nas desigualdades, não vão tão longe quanto as meninas que não apenas consideram totalmente incorreta e injusta a educação diferenciada, como acreditam na radicalidade da igualdade. Isso se revela nas suas falas com relação ao modo como educariam os próprios filhos: todas as meninas afirmaram que os educariam com igualdade e só metade dos meninos disseram que fariam o mesmo.

Mas, ao se deslocarem da relação de autoridade entre adultos e crianças para a relação entre homens e mulheres em geral, a igualdade é uma unanimidade entre rapazes e garotas. Entre homens e mulheres a relação deveria ser fundada nos valores do respeito, da amizade e dos direitos iguais. Acreditam que isso vai acontecer um dia, mas daqui a muito tempo, e reconhecem, tanto meninos quanto meninas, o papel protagônico das mulheres para que isso aconteça. Alguns identificando claramente que o estado atual dessas relações, já de maior igualdade, deve-se à ação das mulheres e indicam o machismo como um elemento de resistência à mudança que está corporificado nos homens. E indicam que uma maior mudança implicará a modificação do lugar das mulheres, por elas mesmas, e também em uma transformação dos próprios homens. Isso não se concretiza, no entanto, no modo como meninos e meninas se relacionam amorosamente. Compreensivelmente, considerando as dificuldades que teriam que enfrentar para iniciar já este processo, os conflitos são jogados para o futuro.

“Ficar” e Namorar: O Contínuo e Antigo Embate Feminino entre o Desejo e a “Fama”

O tema da desigualdade, justificado pela idéia de diferença entre homens e mulheres, perpassa o discurso dos jovens sobre as relações amorosas. Quase todos já namoraram, “ficaram” e cerca de metade tem vida sexual ativa. O “ficar” é descrito, como em outros trabalhos (De Mello, 1996; Fiúza;1991), como uma situação de encontro passageira, que geralmente acontece nos espaços de diver-

são — festas, shows, bares, etc. — e que não implica em compromissos futuros. O “ficar” envolve conversas e contatos corporais que podem ir do beijo na boca à relação sexual completa.

Há duas formas distintas de definir o “ficar” para os jovens que entrevistei. Uma é neutra e o define pela ausência de compromisso, por não exigir a presença do afeto — embora ele possa estar presente —, mas apenas da atração física e pela pouca duração que tem em comparação com o namoro. A outra é claramente negativa e agrega juízos de valor ao “ficar”. Identifica-o como um tipo de relação que denigre a reputação das meninas, em um certo nível, mas em outro nível, denigre também a reputação dos meninos, por ser uma relação baseada na descartabilidade, predicado indesejável para qualquer relação. Este último enunciado está mais presente entre meninas.

Ainda na acepção negativa, o “ficar” é descrito por alguns meninos como um tipo de relação que proporciona prazer imediato e, por isso, é associada à prostituição. Nessa concepção, e aqui mais uma vez atuam os estereótipos, a natureza de prestação de serviços ao homem se mantém, embora não haja troca monetária e a menina também esteja envolvida por prazer e nunca por ofício. Ao descrever o “ficar” dessa maneira, os meninos situam-se no centro da relação: como se fossem eles a procurar as meninas para uma satisfação individual, na qual a menina lhes serve e em que são eles que, uma vez satisfeitos, vão embora. Assim é com José, 16 anos, que prefere “ficar” a namorar porque “*“Ficar” você não tem preocupação com nada, não tem responsabilidade, você vai deixar essa mulher na mesma noite. Você fica com ela, tem prazer com ela um tempo e só, parte pra outra*”. Apesar dos rapazes perceberem-se como o ponto central do “ficar” — decidem, escolhem a garota, tomam a iniciativa, realizam o desejo e encerram o contato — na descrição do “ficar” feita pelas meninas raramente eles ocupam este lugar central. De modo geral, elas também sentem parte ativa dessa relação, descrevendo o seu próprio processo de escolha e realização do desejo de um modo que as coloca em um patamar de igualdade com os rapazes. Reproduz-se aqui, no campo da sexualidade, o mecanismo social de negação às mulheres da condição de sujeito, mesmo em uma situação em que elas mesmas sentem-se sujeitos.

O duplo padrão moral utilizado para julgar mulheres e homens se revela na concepção do “ficar” apresentada pelos rapazes. Para eles, o descompromisso do “ficar” é mais do que a ausência do compromisso com o namoro, como parece ser para as meninas. Para alguns, implica mesmo a ausência de compromisso em tratar bem a menina que, nesse caso, seria parte da categoria “não-casável”, correspondente à prostituta e em oposição à “casável”, que é a namorada. Os significados atribuídos à prostituta — como uma mulher que não merece o amor, de quem se desfruta apenas o corpo, de estatuto social inferior e que, portanto, não merece o respeito devido àquelas que podem ser eleitas como esposa — deslocam-se para a menina com quem esses rapazes “ficam”. A aceitação e realização prática desse padrão parece tranqüila por parte dos rapazes que o seguem. Assim, por exemplo, o menino pode sair com a menina, “ficar” com ela e, se no meio da história ele não quiser mais “ficar”, pode simplesmente ir ao banheiro e não voltar mais. Do ponto de vista dele, isso não traz nenhum problema para nenhum dos dois. O que evidencia não apenas a dupla moral, mas um certo padrão de comportamento masculino autônomo, autocentrado e “importante”, que coloca o homem no lugar de quem define e valora o que acontece entre homens e mulheres. Padrão que é percebido e denunciado pelas meninas em todo o seu discurso.

Os valores atribuídos ao “ficar”, no entanto, modificam-se substancialmente quando vamos para o campo das preferências e das práticas em contraposição ao namoro.

As meninas que preferem o namoro ao “ficar” justificam a sua preferência pelo fato do namoro possibilitar um maior conhecimento mútuo entre o casal. Por ser mais longo, o namoro favoreceria o estabelecimento da amizade. Mas outras meninas preferem namorar porque não querem levar a fama de “galinha”, o que nos sugere que o problema não está no “ficar”, mas sim nas conseqüências do “ficar” para a reputação da menina, que pode, inclusive, vir a prejudicar seus projetos amorosos futuros, já que a classificação das mulheres em casáveis e não-casáveis é conhecida das meninas e manejada cotidianamente por cada uma delas. O namoro, nesse caso, protege a reputação da menina, preservando-a para futuras construções amorosas. Este é o caso de Antônia, 14 anos, que afirma que prefere namorar porque *“é mais sério. Não gosto de ‘ficar’ com*

um e com outro para não ficar com fama de 'galinha'. Gosto de controlar e aí não 'fico' em duas festas seguidas".

Outras ainda dizem que não gostam de "ficar" porque temem se machucar. Considerando que os meninos se dão o direito de tratar mal as meninas com quem "ficam", parece ser sensato que as meninas tentem se proteger. Mas o medo de se machucar pode estar ligado ao interesse ou afeto não correspondido, ou seja, ao desejo de transformar o "ficar" em namoro. Isso nos leva a um dos significados importantes do "ficar": como primeiro passo do namoro. Muitos jovens, meninos e meninas, relataram que seus namoros começam com "ficadas" que se repetem até estar estabelecido o vínculo do namoro.

Alguns meninos preferem namorar pelas mesmas razões das meninas: pela possibilidade de estabelecer vínculos e viver o amor. Curiosamente, contudo, há alguns meninos que dizem preferir namorar porque é no namoro que podem tratar bem a menina, dar-lhe carinho e atenção sem necessidade de ser cafajeste. É Romero, 19 anos, que ilustra esse curioso mecanismo de consolidação de um espaço social em que a gentileza dos rapazes pode se manifestar. Diz ele: *"[Prefiro] namorar porque você pode tratar a pessoa bem, tratar melhor aquela pessoa. 'Ficar', não. Você sai com a pessoa, 'fica' com a pessoa, mas se não quiser mais diz a ela que vai no banheiro e não volta mais. No namoro, você pode tratar aquela pessoa do jeito que você quer, assim, dar mais carinho, mais atenção, não ser aquela pessoa, vamos dizer assim, na palavra, cafajeste".*

Parece, portanto, que, ao menos em alguns casos, o duplo padrão de comportamento masculino é sentido pelos meninos como uma injunção que lhe é exterior. Não apareceram questionamentos explícitos a respeito disso, tampouco queixas, mas algumas falas revelam um certo alívio por parte dos rapazes pela existência de um lugar social em que eles não precisam ser cafajestes. Um dos rapazes, no entanto, deixou muito clara a outra face da dupla moral: ele prefere namorar porque além das vantagens citadas acima, o namoro não impede que os meninos fiquem com outras meninas. Na verdade, os meninos não precisam escolher, as opções para eles não são excludentes, pelo fato de sua sexualidade não ser controlada como o é a das meninas

Mas há quem prefira “ficar” a namorar. E há apenas uma razão para isso, para meninos e meninas: o desejo de estar livre, de não ter compromissos e de aproveitar a juventude.

Malgrado as desigualdades — que, de resto, não são exclusividade da modalidade “ficar” — a fala desses jovens me sugeriu que o “ficar” é mais do que um modo narcísico e individualista de jovens urbanos se relacionarem (ver De Mello, 1996) e parece-me diretamente relacionado às conquistas das mulheres das últimas décadas. O “ficar” é, antes de qualquer coisa, um componente da sociabilidade juvenil, fazendo parte, portanto, da esfera da diversão, da constituição dos grupos de amigos, da vida fora de casa. Além disso, é um momento da aprendizagem, do desejo e do afeto, que possibilita uma maior liberdade de expressão e um maior raio de ação afetiva antes dos compromissos mais sérios do namoro. Possibilita, ainda, que as meninas tenham uma vivência sexual sem maiores constrangimentos, podendo experimentar a variedade de parceiros que sempre foi permitida aos homens e que, sem dúvida, pode ser algo enriquecedor.

Do ponto de vista dos meninos, quando associado à possibilidade do sexo no namoro, o “ficar” permite a construção de outro modelo de iniciação e vivência sexual na juventude, tornando desnecessário o recurso às prostitutas. Por fim, mas não menos importante, especialmente entre as meninas, o “ficar” apareceu associado à idéia de amizade: ou como o início de uma amizade ou como algo que pode ser feito entre amigos. O elemento ausente do “ficar” — tanto nesta pesquisa como em outras citadas anteriormente — é o amor/paixão, legitimador do namoro e do casamento, ausência que não me parece, contudo, suficiente para caracterizar negativamente essa modalidade de relacionamento entre jovens.

É conversando que esses jovens se aproximam, se entendem e é na conversa que se conquista alguém.¹⁰ Os rapazes descrevem o namoro como algo de grande responsabilidade, pois desejam da parceira que ela seja a companheira de todas as horas e que esteja sempre ao seu lado para conversar e para lhes ajudar. A namorada é quem lhes tira a obrigação de estar sempre buscando

¹⁰ Cerca de $\frac{3}{4}$ do grupo já namoraram, tendo iniciado os namoros por volta dos 12 anos, em média.

alguém para “ficar”. Com isso, os rapazes sinalizam para a existência de um conflito interno entre as expectativas sociais a respeito de seu desempenho sexual e o seu próprio desejo. A namorada lhes permite “escapar” das exigências sociais de buscar e ter sempre uma mulher ao lado. Ela acalma, mas traz novas obrigações: o rapaz sente-se no dever de lhe dar atenção diária e de tratá-la bem, o que não lhes é solicitado quando “ficam”. As meninas apresentaram uma compreensão muito semelhante, mas em nenhum momento utilizaram o termo *responsabilidade* para se referir ao namoro. O namorado é alguém com quem dividem a vida, a intimidade e os segredos, é compreensivo, preocupa-se com elas, ajudando-lhes nas horas boas e más. O namoro é mais longo, implica amizade, compromisso sério e preocupação com o futuro, em maior respeito e conhecimento um do outro. Mas foi apenas entre as meninas que encontrei restrições quanto aos princípios e fundamentos do namoro. E as razões para isso se localizam mais uma vez nas restrições à sua liberdade, ou seja, ao lugar de subordinação que ocupam com relação ao namorado. Em suas palavras, dizem que namorar não é bom, sentem-se presas, não gostam, pois têm que dizer ao namorado para onde vão, por isso algumas preferem namoros rápidos ou apenas “ficar”.

Mas quando se trata da prática do namoro, as restrições aumentam e vêm de meninos e meninas. O namoro é algo que lhes afasta dos amigos, coisa de que não gostam, e essa é a sua principal desvantagem. As meninas qualificam essa distância: o namoro faz com que criem um mundo próprio, possessivo, onde elas se submetem ao namoro e têm que seguir certas regras, abrindo mão das brincadeiras e tendo que modificar o modo de se vestir. Como namoradas, elas passam a ocupar um outro lugar social, cujas regras são restritivas e incidem sobre o seu comportamento, sobre sua aparência física e sobre sua mobilidade social. Na prática, as meninas vivem no namoro a contradição entre o que esperam do companheiro e o que realmente acontece.

O namoro institui novas regras para meninos e meninas, mas essas enfrentam-se com os limites diretos colocados pelo próprio namorado, alguém que até muito pouco tempo era igual a ela nas brincadeiras e na escola. Uma das regras do namoro afirma a hierarquia nesse par, devendo a menina ocupar o lugar menos importante e comportar-se como tal. Ela já não pode sair sozinha, tem que estar sempre ao lado do namorado e não pode mais “ficar” com outros meninos. Para

os meninos, esses limites são muito mais flexíveis, em alguns casos inexistentes, e as meninas sabem disso.

Mas há referências ao bem-estar e à felicidade proporcionados pelo afeto. Os meninos sentem o afeto como algo que lhes enriquece enquanto indivíduos: sentem que crescem por dentro, desejam compartilhar, sentem-se leves, ficam mais concentrados, pensam e agem melhor, ficam mais calmos. Apenas duas meninas se referiram ao afeto como algo que muda a sua vida junto com o namoro, contrariando a lógica do senso comum, que associa mulheres ao afeto e homens à razão, e indicando que há muito de racionalidade na suposta maior afetividade feminina e muito de afetividade na propalada racionalidade masculina.

É na fala sobre o estar só que os meninos revelam os limites que o namoro lhes impõe. Os argumentos que justificam a preferência por estar só centram-se em torno da liberdade: pode-se “ficar” com qualquer uma, sair, brincar, conviver com outras meninas sem provocar ciúmes na namorada, podem fazer o que querem, na hora que querem, ir para onde quiserem sem dar satisfação a ninguém. A namorada assume outra feição, muito semelhante ao namorado descrito pelas meninas que fazem restrição ao namoro: ela é aquela que cobra e controla a vida social dos rapazes. A fala de Gilvan, 18 anos, sobre estar só é praticamente igual à fala de algumas meninas quando dizem que preferem “ficar” a namorar: *“Acho legal porque eu faço o que quero, não tenho compromisso com ninguém, vou para onde quero, a hora que quero, no dia que quero, não tenho que dar satisfação...”*. As meninas utilizam argumentos semelhantes, mas dizem ainda que, quando sozinhas, os estudos melhoram, pois podem se dedicar às coisas pessoais e viver seus desejos e afetos mais livremente. Quando namoram e sentem vontade de “ficar” com outro rapaz, não podem. Sozinhas, assim como os meninos, podem ficar com quem quiser (salvaguardando as normas que lhes afaste da fama de “galinha”, o que, em absoluto, não significa deixar de ficar com os rapazes).

Apesar do namoro parecer algo mais confortável para os meninos, há unanimidade quanto à idéia de que eles não valorizam esse vínculo amoroso.¹¹ As meni-

¹¹ As questões trabalhadas aqui diziam respeito às diferenças quanto à valorização do namoro por meninos e meninas.

nas, por seu turno, são vistas como as preservadoras do vínculo. A contradição entre as duas concepções expressas pelas meninas — do namoro como algo ruim para as meninas e das meninas como as que cultivam o namoro — pode ser apenas aparente e o elo que unifica as duas parece estar no homem. O namoro não seria ruim em si, mas sim porque os rapazes — que desvalorizam o namoro e não o cultivam — não se comportam como deviam.

As meninas, de acordo com meninos e meninas, valorizariam o namoro porque são calmas, românticas, namoram por prazer, vêem o lado melhor da vida, são carinhosas, mais sérias, têm grande capacidade de envolvimento emocional, são fiéis, caseiras, sensíveis e valorizam os afetos. A menina teria uma “natureza” que lhe levaria a valorizar uma relação amorosa duradoura, pois possui as qualidades adequadas a um vínculo desse tipo. A outra face dessa menina é, naturalmente, o rapaz quase libertino e completamente desqualificado. Meninos e meninas mais uma vez concordam: os rapazes não são sérios, não gostam de compromissos e não os cumprem com facilidade, são irresponsáveis e só querem brincar, valorizam mais a sua vida social do que o namoro, gostam mesmo é de sexo e têm liberdade de vivê-lo. Se podem ficar com quantas querem, porque iriam querer se ligar a apenas uma menina? Está presente aqui a idéia do namoro como instância reguladora do desejo das mulheres, mas, em alguma medida, também dos homens.

Mas há quem discorde quanto às razões que levam as meninas a valorizar o namoro. Tanto na fala de meninos quanto de meninas esteve presente uma justificativa sociocultural, que ultrapassava esse perfil “naturalmente” afetivo das mulheres. Nessa concepção, as meninas valorizam o namoro porque sabem que suas possibilidades amorosas e sexuais são muito mais limitadas que as dos meninos e por não poderem se enfrentar com isso, valorizam aquilo que lhes é permitido. José, 15 anos, exemplifica essa opinião: *“A gente pode ficar com vinte mulheres numa noite, agora se a mulher ficar com vinte caras numa noite ela é tachada como ‘cadela’, como mulher de todos, tudo. Aí aquele negócio de valorizar o namoro, de ficar só com um cara e não largar mais ele”*. Andréa, 17 anos, confirma essa concepção: *“As mulheres têm muito medo de ficar sozinhas, porque como os homens podem ficar ‘ficando’ por aí e elas não podem, elas querem sempre prevalecer esse namoro. Elas têm muito medo de ficar só, de não casar”*. Assim, as meninas não podem ficar com

quantos meninos quiserem, pois se o fizerem terão sua reputação afetada. Meninas sozinhas são, por isso, desvalorizadas socialmente porque tornam-se disponíveis, podendo ficar com um e com outro. A menina que tem namorado, portanto, é vista como séria e responsável. Tem o seu desejo e reputação controlados.

Os rapazes também são mais valorizados quando namoram, mas os motivos para isso são ligeiramente diferentes. Um rapaz com namorada ocupa um lugar social mais importante, ele conseguiu uma parceira e por isso tem algo que os outros não têm. Para Bozon (1995:127), nas representações masculinas a mulher continua a ser considerada como um objeto que se deseja adquirir (e depois exibir), mais do que como um sujeito com o qual se estabelece uma relação”. Isso também é evidente nas dificuldades, mencionadas anteriormente, que os rapazes apresentaram em identificar as mulheres — amigas, namoradas ou mães — como parte de suas próprias vidas.

Uma mulher ao lado agrega valor ao homem, indicando que ele é bom o suficiente para tê-la conquistado. Bom a ponto de provocar o desejo de conquista em outras mulheres e com isso ampliar o seu raio de ação sexual e afetiva. Alguns dos rapazes reconhecem que isso é machismo, mas dizem que a sua experiência comprova que é verdade. Mas Andréa, novamente, lança um outro olhar sobre essa valorização que retoma a idéia da masculinidade “em perigo”: *“Os meninos, para eles é tudo normal, eles ‘ficarem’, eles namorarem. Se ele não está namorando, realmente a sociedade começa a cobrar: ‘Não é homem, não? Não namora, não? Não ‘fica’, não?’ Eles têm que mostrar sempre a masculinidade deles, sempre têm que estar mostrando, senão é veado, é gay. Eu acho que é muito difícil isso para eles, porque sempre têm que estar se auto-afirmando”*.

De acordo com Bozon (1995:125), “para que se produza um encontro amoroso, é preciso que cada um tenha pelo outro um julgamento positivo, que pode eventualmente se transformar em sentimento amoroso. Estes são julgamentos sintéticos pelos quais se avalia o conjunto da pessoa que se tem diante de si e se fundam em categorias de percepção informais que diferem muito nitidamente de um sexo a outro”. Ao definir as qualidades do bom e da boa parceira, meninos e meninas partem de focos distintos. Parte das meninas localiza essas qualidades

no próprio menino, ressaltando características de personalidade tais como simpatia e sinceridade, mas também certos comportamentos sociais como responsabilidade com relação à seriedade do vínculo afetivo, fidelidade e companheirismo. O companheirismo aqui referido implica compreendê-la, conversar sobre a intimidade, mas também estar ao seu lado em atividades sociais. Algumas meninas, que já passaram por mais de uma experiência de namoro, aproximam-se mais das concepções dos rapazes quanto às expectativas de parceria e chamam a atenção para a necessidade de que o namorado não lhes pressione, respeitem o seu espaço, a sua individualidade, o seu corpo e a sua liberdade e não façam chantagem emocional. Renata, 18 anos, acha que um namorado legal *“é aquele que respeita o espaço da mulher, da namorada, sabe que ela é a namorada, mas é ela, que o corpo é dela, respeita muito o corpo dela, sabe dividir os espaços, dividir as coisas, respeita a liberdade dela, assim como ela deve respeitar a dele também”*.

Os meninos, por sua vez, deixam muito clara a idéia de que desejam alguém para lhes acompanhar, de preferência sem modificar muito a sua vida. Mais uma vez, encontrei aqui semelhanças com o indicado por Michel Bozon (1995). Para esse autor, as mulheres continuam a ser percebidas pelos homens como um objeto simbólico, objeto passivo de contemplação e de desejo, o que se liga ao papel de representação, de contato e de mediação social que a elas é tradicionalmente delegado (Bozon, 1995:125). Assim, os rapazes querem meninas que lhes acompanhem e não alterem os seus hábitos sociais, preservando a sua independência. Romero, 19 anos, diz que a namorada legal é *“aquela que me compreende, não tem muita frescura. Por exemplo, sair. Porque tem algumas que proíbem você de sair, sair com seus amigos, beber, várias coisas que você gosta. Uma namorada legal gosta de fazer as coisas que você faz, compreende as coisas que você faz”*. A namorada ideal deve ser divertida e carinhosa e muito compreensiva, estando ao lado nas horas boas e más e sabendo entender os erros dele.

Para as meninas, o parceiro indesejável é sobretudo o infiel. O que é vivido como vantagem não problematizada pelos meninos a respeito de si mesmos é visto como principal problema do namoro para as meninas. Em seguida, as meninas citam uma constelação de defeitos que convergem para um mesmo

ponto: o menino que tem uma vida social para além do namoro não é um bom parceiro e é considerado individualista e pouco sério. Para eles, são duas as piores parceiras: a “galinha” e a controladora. Curiosamente, o que define a “galinha” e a controladora são comportamentos tipicamente masculinos: liberdade sexual e dominação no interior do casal. Grosseiramente, podemos dizer que a pior parceira é um homem.

Sexualidade: Onde o Gênero é Mais Forte

Quase a metade do grupo já teve relações sexuais, mas os rapazes são o dobro das meninas. Para eles, a primeira relação sexual se deu entre 13 e 16 anos e para elas, entre 15 e 17 anos. As meninas se iniciaram sexualmente com o namorado ou noivo e a maioria dos meninos também começou sua vida sexual com a namorada.¹² Para três meninas, essa primeira experiência foi boa, mas duas delas fizeram referências negativas ligadas à pressão do rapaz para que a relação se consumasse, à pouca idade da menina e à existência de violência durante a relação sexual. Entre os rapazes, a maioria considera que seu início sexual foi bom, mas três deles disseram que sua primeira transa foi ruim, porque não foi com a pessoa certa nem no momento certo. Mas um desses rapazes, Rodrigo, de 17 anos, descreveu a sua primeira vez de um modo que contraria o argumento majoritário entre os meninos de que sexo é sempre bom e é algo sobre o qual não se pensa nem envolve sentimentos. Diz ele: *“Acho que foi com 16 anos. Foi legal na hora, mas depois não foi. Porque ela ‘ficou’ comigo, rolou e no outro dia não me procurou. Não foi legal, não. Me senti desprezado totalmente. Eu acho que se eu fizesse isso com ela ia ser a mesma coisa, ela também ia sentir muito. Tirar a virgindade de uma pessoa e deixar de lado, eu acho que nunca ia fazer isso. Para tirar a virgindade de uma pessoa eu acho que tem que pensar muito”*. Há uma inversão de papéis aqui que é francamente dolorosa para Rodrigo e, mais uma vez, chama a atenção para a fragilidade da associação entre homem/razão e mulher/emoção.

¹² Para minha surpresa, quatro rapazes se iniciaram com prostituta, garota de programa, empregada doméstica e moradora de fazenda da família, mantendo o padrão masculino de gerações anteriores.

Para todos/as os/as jovens, não existe idade ideal para se começar a transar, tampouco uma tipo ideal de relacionamento no qual a transa deva acontecer e isso vale para meninos e meninas. O que indica o momento certo, para rapazes e meninas, é sentir-se pronto/a, seguro/a, maduro/a, sabendo evitar Aids e gravidez e quando achar a pessoa certa. No entanto, entre as meninas, as práticas preventivas e contraceptivas são bastante reduzidas. Entre os rapazes, todos utilizam o preservativo como forma de prevenir gravidez e DSTs/Aids, mas apenas uma menina afirmou que seus parceiros utilizam o preservativo. As demais dizem não utilizar porque tomam pílula, porque a frequência das relações sexuais é pouca, porque só transam com o namorado e outra porque transa sem penetração. Embora parecessem bem informadas e com possibilidades financeiras de acesso a contraceptivos e a serviços de saúde, as meninas não demonstraram muita preocupação com contracepção e prevenção de DSTs. Nenhuma delas engravidou e, para minha surpresa, apenas algumas conheciam casos de gravidez na adolescência. A idéia de risco não esteve muito presente em suas falas, embora relatassem que a escola tratava do assunto em sala de aula e através de atividades específicas.

O amor ou a paixão não aparecem como razões para se iniciar a vida sexual, sugerindo que esses sentimentos podem estar ligados ao estabelecimento da relação na qual o sexo vai acontecer e não ao sexo em si. Apenas duas meninas relacionaram esse momento ao afeto, dizendo que a hora certa é quando tiverem certeza de que o rapaz gosta delas. Mas não indicaram a existência de seu próprio afeto pelo rapaz como motivo para manterem relações sexuais, provavelmente porque percebem que não é o afeto das mulheres, mas o dos homens, que garante o vínculo necessário à continuidade da relação amorosa que justifica a vivência sexual das mulheres.

Rapazes e garotas descreveram a sexualidade masculina através de duas características interligadas: o autocentramento e a importância da sexualidade na construção de uma imagem social positiva, revelando o nexos entre sexualidade e identidade masculina. O exercício da sexualidade e sua publicização afirmam a masculinidade de modo positivo. O autocentramento, por sua vez, desfaz o elo entre sexo e sentimentos, conectando o sexo à pura satisfação física imediata. Essa concepção

revela-se, segundo as meninas, na falta de critério dos meninos quanto à escolha das parceiras, na vida sexual precoce e na ausência de seriedade do trato com a sexualidade e os afetos. Os meninos argumentam que a sexualidade masculina é assim porque eles não conferem nenhum valor especial ao sexo, para além do prazer. Para os homens, o sexo seria algo normal, para ser vivido quando “acontece”, é um domínio sobre o qual não há muito o que pensar nem decidir, mas apenas viver, de modo “natural”. Para os rapazes, o sexo nessa fase da vida aparece como uma etapa no aprendizado técnico da sexualidade e na construção de si, sem referência a uma relação ou a um casal futuro (Bozon, 1996:131). A sexualidade feminina é descrita de forma oposta. Ligado ao afeto, o sexo para as mulheres não seria, em si, um valor positivo que constituiria a sua identidade. Isso se expressaria, para meninos e meninas, no fato destas serem muito mais criteriosas na escolha dos parceiros e serem mais responsáveis com relação ao modo como vivenciam sua sexualidade. Como consequência dessa sexualidade mais “complexa”, porque depende de fatores externos a si mesma, está presente, no discurso de rapazes e garotas, a idéia de que às meninas não é permitido o exercício da sexualidade.

Não me parece, contudo, que haja proibições explícitas e sanções para as meninas que iniciam a vida sexual precocemente. Na verdade, elas transam. Mas, ao contrário dos meninos, elas não são estimuladas a isso. No quadro das transformações das relações de gênero, as meninas operam as mudanças e recebem uma certa tolerância em troca, mas a sua sexualidade ainda é secreta, não é socialmente legítima como a masculina, a respeito da qual se elaboram discursos públicos e se estimulam práticas que podem e devem ser socializadas. Para as meninas, há limites dentro dos quais a sua sexualidade pode se expressar. É certo que esse limite já não é o casamento, em alguns casos sequer é o namoro. O limite não está nem tanto no tipo de relação na qual o sexo acontece, mas na variedade de parceiros, no tempo de duração de cada relação e na capacidade que a menina terá de controlar a sua exposição pública. É por isso que a escolha do parceiro, para as meninas, se reveste de tanta importância. É preciso encontrar um rapaz que não a exponha publicamente e que seja capaz de estar com ela o tempo suficiente para que a vivência sexual seja legitimada. Esse rapaz não pode, portanto, dizer a qualquer pessoa que já transou com ela nem pode abandoná-la muito rapidamente. Subjacente a isso está a idéia de respeito, baseada, por sua vez, na idéia de que mulheres e homens ocupam posições diferenciadas no que

se refere à sexualidade. O rapaz teria que reconhecer essa diferença e respeitá-la, garantindo assim a reputação da menina. O amor pode ser o elemento que garante esse comportamento masculino. Para Bozon (1995:127) isso indicaria, nas mulheres jovens, um realismo social precoce, que as conduz a nunca esquecer as conseqüências e o que está em jogo para elas na formação de um casal.

Muito já se falou sobre o modo como o comportamento das mulheres é construtor da honra masculina, mas me parece que aqui aparece uma configuração em que o comportamento masculino construiria a reputação feminina que, é importante lembrar, não se baseia mais na virgindade, mas continua a ter suas raízes fincadas no comportamento sexual. É certo que muito disso depende do comportamento feminino, na medida em que é ela que deve regular o próprio comportamento, basicamente não seguindo o seu desejo livremente, mas, sim, observando certas normas gerais e regras do grupo quanto à sexualidade. Mas elas sabem que o comportamento do parceiro também define essa reputação. Com um parceiro que lhe respeite, sua reputação e honra estão garantidas. Isso quer dizer ter, sim, vida sexual, mas o parceiro deve obedecer a uma de duas condições: se a transa acontece em uma “ficada” ou em um namoro rápido, ele não deve espalhar isso aos quatro ventos, ou pode falar se a transa acontece em um namoro longo, porque aí a duração do relacionamento legitima o sexo.

Salvaguardados os cuidados necessários para a manutenção da reputação da garota, o sexo acontece no namoro e mesmo no “ficar”. O namoro é o espaço mais tranquilo para que o sexo aconteça, pois aqui os rapazes são mais calmos e respeitadores e, por isso, inspiram mais confiança nas meninas. Além disso, há mais tempo para que o casal se conheça e construa intimidade. Mas de nenhum modo é o único espaço legítimo para a vivência do sexo. Boa parte dos rapazes e das garotas acredita que o “ficar”, justamente por não implicar compromisso, permite carícias mais íntimas e mesmo a relação sexual completa. Mas outra parte argumenta que o descompromisso do “ficar” impossibilita a relação sexual completa, embora permita carícias íntimas.

Novamente Michel Bozon (1995:133) ilustra, com uma afirmação feliz, as inflexões entre sexualidade e gênero presentes nesse grupo de jovens. De acordo com

esse autor, a liberação dos costumes não modificou de modo profundo nem as representações nem os lugares desiguais de homens e mulheres nesse domínio. Dependentes de um desejo masculino dominante, as mulheres são um objeto que se deseja possuir, enquanto que os homens continuam a ser vistos como sujeitos desejantes independentes. De modo geral, as mulheres utilizam a tática de procurar estabilizar e regular o desejo dos homens. Realistas, mais do que românticas, as mulheres antecipam sempre as conseqüências de suas escolhas conjugais e das rupturas que podem se produzir (Bozon, 1995: 133).

Considerações Finais

O que me fica de mais instigante neste trabalho é a afirmação contundente da desigualdade de gênero no interior de uma mesma faixa de idade. Isso não deveria surpreender ninguém. Mas muitas vezes jovens são pensados como um grupo uniforme e homogêneo cujos conflitos referem-se preponderantemente a diferenças geracionais e apenas a elas. Os conflitos de gênero seriam algo que só iria “aparecer” e fazer sentido na idade adulta. A análise baseada nesse tipo de concepção termina por relacionar gênero a homens e mulheres e não a meninos e meninas, rapazes e garotas, operando uma distorção e simplificação do conceito que, como sabe-se, diz respeito à construção sociocultural do sexo. Essa construção, obviamente, não se inicia aos vinte anos. Creio que essa pesquisa demonstra que a juventude é mais do que um momento da vida em que jovens recebem (e aceitam e/ou recusam) dos adultos as normas e padrões de gênero que irão consolidar a sua identidade e orientar a sua vida futura. Assim como em todas as fases da vida, incluindo a infância, a juventude é um momento em que essas normas e esses padrões são colocados em prática e já orientam a vida entre os iguais (do ponto de vista etário). Do mesmo modo, os conflitos ligados à desigualdade de poder entre homens e mulheres já são vividos de modo intenso nessa etapa da vida.

Por outro lado, a juventude parece ser um momento-chave para a aceitação ou recusa dos padrões de gênero, já que, como vimos, é aí que a consciência da

desigualdade se inicia e a crítica se institui. Por vezes, identifiquei, nas falas de rapazes e garotas, um caminho que se insinuava em direção a um futuro mais igualitário. Mas, e aqui entra a inflexão etária, esse era um caminho fugaz e frágil. Talvez o momento tênue de constituição das identidades e afirmação das primeiras escolhas estivesse se revelando ali. Isso indica, porém, que as mudanças socioculturais dos últimos trinta anos — sobretudo as conquistas das mulheres e a disseminação do ideário feminista — estão consolidadas a ponto de se constituírem em elementos de uma matriz discursiva importante para a elaboração de representações sociais e novas práticas no campo das relações de gênero.

BIBLIOGRAFIA

BOZON, Michel. Amor, sexualidade e relações sociais de sexo na França contemporânea. In: *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, v. 3, n.1, 1995.

DE MELLO, Suzana Carneiro Leão. *Românticos ou narcísicos?: um estudo sobre o descompromisso afetivo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia - PUC-RJ, 1996. Dissertação de mestrado.

FIÚZA, Sílvia Regina de Almeida. Identidade jovem e camadas médias urbanas. In: ARRUDA, Silvani; CAVASIN, Sylvia. *Sexualidade na adolescência: educação e mídia*. São Paulo: ECOS, 1991. p. 19-43.

GIAMI, Alain; SCHILTZ, Marie-Ange. Representations of sexuality and relations between partners: sex research in France in the era of AIDS. In: *Annual Review of Sex Research*, v. 7, 1996. p.125-157.

GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo. Concepções sobre o papel da mulher no trabalho, na política e na família. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.15, dez., 1975. p. 86-123.

LEAL, Ondina Fachel; BOFF, Adriane de Mello. Insultos, queixas, sedução e sexualidade: fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional. In: PARKER,

- Richard; BARBOSA, Regina Maria. *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p. 119-135.
- MARQUÉS, Josep-Vicent. Varón y patriarcado. In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRIA, José. In: *Ediciones de las Mujeres*. Santiago: Isis Internacional, n. 24, jun., 1997. p.17-30.
- PORTELLA, Ana Paula; MELLO e SOUZA, Cecília de; DINIZ, Simone. Not like our mothers: reproductive rights and the emergence of citizenship among rural workers, domestic workers and housewives. In: PETCHESKY, Rosalind; JUDD, Karen. *Negotiating Reproductive Rights: women's perspectives across countries and cultures*. London: Zed Books, 1998.
- REVAH, Daniel. As pré-escolas "alternativas". In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 95, nov., 1995. p. 51-62.
- SALLES, Leila Maria Ferreira. A representação social do adolescente e da adolescente: um estudo em escolas públicas. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 94, ago., 1995. p.25-33.
- SPOSITO, Marilia Ponte. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. In: *Tempo Social: revista de sociologia da USP*. São Paulo: Universidade de São Paulo, v.5, n.1-2, nov., 1994. p. 161-178.
- VILLELA, Wilza Vieira; BARBOSA, Regina Maria. Repensando as relações entre gênero e sexualidade.... In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria. *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p. 189-199.

Uma Abordagem Social sobre Violência Doméstica e Saúde das Mulheres¹

Há quase dez anos venho trabalhando com pesquisas na área de gênero e saúde, a grande maioria das quais investigando mulheres e homens de setores populares urbanos e rurais. Sempre me surpreendi com o fato dos relatos sobre violência doméstica aparecerem em todas elas, mesmo quando não estávamos investigando o tema da violência. Perguntávamos sobre os partos das mulheres e os relatos vinham permeados de violência. Perguntávamos sobre a vida sexual e a violência aparecia novamente. Íamos para o campo do trabalho e

¹ Conferência apresentada no *I Congresso de Saúde da Mulher e da Criança*, promovido pelo Instituto Materno Infantil de Pernambuco – Imip, no Recife, de 12 a 15 de julho de 2000, na mesa-redonda *Assistência às Mulheres Vítimas de Violência Sexual*. Uma versão reduzida deste texto foi publicada no *Jornal da Rede Saúde*, nº 22, dezembro de 2000.

novamente lá estava a violência. Filhos, uso de contraceptivos, ação política, uso dos serviços de saúde, não importava o tema, não precisávamos perguntar, a violência surgia como um componente invariavelmente presente na vida das mulheres.

Entrevistamos jovens de classe média no Recife e mais uma vez a violência apareceu, em menor medida e com maior receio por parte das meninas, mas estava lá, associada ao sexo. Entrevistamos homens e surgiu novamente a violência — conjugal, doméstica e, agora, ligada à sociabilidade masculina, ou seja, como um aspecto importante das relações dos homens entre si e da organização da vida social em contextos de pobreza e exclusão. Em função disso, digo que o tema da violência se impôs para nós, nos chegou sem que o tivéssemos procurado, levando-nos a trabalhar sobre o assunto como único modo de ampliar e refinar a nossa compreensão a respeito das relações de gênero em geral e da situação de vida das mulheres em particular. É a partir dessa experiência, ainda pouco refletida e ordenada, que gostaria de apresentar alguns comentários neste congresso.

Quando penso em violência, duas coisas sempre me chamam a atenção. A primeira é o fato da violência ser instituída como um modo socialmente legítimo para a resolução de conflitos. Interessa-me, particularmente, os contextos nos quais o exercício da violência é aceito e legitimado e as razões invocadas pelos sujeitos envolvidos na situação violenta para justificar o seu uso. A segunda, que articula-se à primeira, diz respeito à esfera privada como um desses contextos de uso legítimo da violência e aí cabe pensar no modo como articulam-se as esferas pública e privada em nossa sociedade.

Não acredito que a violência seja um atributo constitutivo de nossa humanidade, prefiro pensar que é uma possibilidade de convivência que nos é colocada e, como tal, pode ser ou não experimentada. Os impulsos violentos, tanto quanto os ligados à fome ou ao desejo sexual, por exemplo, são tão passíveis de regulação social quanto qualquer outro. E como quaisquer outros, são também construídos socialmente e, em cada sociedade específica, tomarão também uma forma específica. As diferentes formas de violência nos indicam o ponto em que chegamos nos acordos sociais que caracterizam certos comportamentos ou fenômenos como socialmente ilegítimos ou como crimes passíveis de punição.

Ao longo da história da humanidade, podemos identificar um enorme esforço de contenção das formas violentas de sociabilidade e de construção de modos pacíficos de resolução de conflitos, especialmente quando se trata da relação entre países e entre grupos sociais antagônicos. O fato violento, portanto, é tomado como um problema comum a toda a sociedade e como tal é tratado na identificação de soluções para o mesmo. Na maior parte das vezes, a compreensão do fenômeno e as soluções para ele são institucionalizadas na forma de leis e de mecanismos para cumpri-las.

Há, no entanto, certos campos da vida social que a institucionalidade não alcança e é deles que quero falar agora. Costumo dizer — e não estou sozinha nisso — que não devíamos nos impressionar com o grau de violência presente na sociedade brasileira. Somos uma nação e um povo fundados por atos de violência: o extermínio de tribos indígenas e a escravidão são apenas os mais gritantes desses atos, ambos legitimados e institucionalizados pela Coroa portuguesa. O ato de matar, assim como o de submeter à tortura e à humilhação seres humanos indefesos, já era considerado crime àquela altura, mas se as vítimas fossem índios ou negros, matar não era considerado crime. Até muito recentemente, vivíamos a mesma situação com relação às mulheres. Pelo *Código Penal Brasileiro*, matar é crime, mas até alguns anos atrás, não se considerava crime matar mulheres que traíam seus companheiros. Assim como a pena de morte em certos países, esse era um crime legítimo, socialmente aceito.

- Do ponto de vista da atual legislação brasileira, essas situações na qual não mais se sustentam. No entanto, permanecem no tecido social inúmeras outras em que a violência é considerada legítima.

Em nossas entrevistas de pesquisa são muitos os relatos, de homens e de mulheres, que tratam da resolução violenta de conflitos. Os conflitos entre crianças, por exemplo, são resolvidos por meio do embate físico: o tapa, o empurrão, o murro, a briga de rolar no chão. Adultos interferem no sentido de proteger seus filhos, mas não tiram a legitimidade do uso da força para se resolver os problemas e, por isso mesmo, não apresentam outros modos de se fazer isso. A educação familiar, por sua vez, ainda se vale da força física para a imposição de regras,

valores e comportamentos considerados adequados para as crianças. Bater em crianças malcomportadas é visto como positivo, como um mal menor e imediato que trará um bem futuro. Com exceção das crianças que apanham, dificilmente encontramos alguém que seja contrário ao espancamento — de maior ou menor grau — como método educativo na família.

Uma vez soltos no mundo, os rapazes continuam na mesma linha: desentendimentos — em bares, no trabalho, em casas de prostituição, na rua — não são resolvidos nem pelo diálogo nem recorrendo-se aos mecanismos institucionais da polícia ou da justiça. Aqui, incluem-se todo o tipo de disputas familiares, ainda bastante comuns no interior do país. São tratados na base da briga, boa parte delas com o uso de armas. Também nesse caso, há uma valorização positiva por parte da comunidade desse tipo de atitude masculina, especialmente se esses homens não estiverem envolvidos no mundo do crime. Mas aqui já podemos encontrar um certo dissenso nas comunidades, especialmente entre pessoas com maior grau de religiosidade e/ou ligadas a movimentos sociais e políticos. Também no campo da política, é comum encontrarmos discursos que legitimam o uso da força, em detrimento dos mecanismos institucionais, para a solução de divergências.

O que estou querendo dizer é que qualquer fenômeno social é sustentado pela crença das pessoas a respeito da sua justeza ou necessidade para a vida daquele grupo. A violência no Brasil ainda é, em muitos meios, considerado um modo justo e necessário para a vida em comum. As idéias de negociação, acordo e diálogo, bem como o uso dos mecanismos de estado para a regulação da vida social não fazem parte do cotidiano desses grupos. Para alguns autores, essas são características de sociedades ou comunidades de tipo tradicional, que, na sua constituição e organização, baseiam-se mais em princípios hierárquicos do que em princípios de igualdade entre as pessoas.

As periferias urbanas brasileiras, comunidades rurais e indígenas seriam exemplos de organizações sociais com características mais tradicionais do que modernas. Daí a maior valorização positiva que ganha a violência nesses contextos. Com isso, quer-se dizer que, assim como o desenvolvimento econômico, também a moderni-

zação social e política fez-se de forma desigual no Brasil, sendo mais verdadeira para os grupos mais favorecidos e menos verdadeira para os mais pobres. Estes últimos são excluídos porque também estão fora desse processo de modernização, o que é exemplificado pela máxima do senso comum que diz que, no Brasil, a justiça só é igual para todos na letra da lei, mas nunca na sua aplicação.

Há um domínio, no entanto, que escapa a essa lógica da divisão social entre pobres e ricos, tradicionais e modernos. Um domínio que, do meu ponto de vista, tem permanecido, no campo da violência, imune a muitas das ressignificações que vêm sendo dadas a muitas dimensões da vida social. Trata-se da esfera privada, da vida que acontece todos os dias dentro dos lares e que envolve as relações familiares, amorosas, íntimas e de amizade. Lugar tradicionalmente considerado como do âmbito do indivíduo em contraposição à sociedade. Da porta de casa para dentro, acredita-se que nada mais diria respeito ao Estado nem à sociedade, mas apenas a cada um dos que ali vivem e à família, como um todo.

Há que se dizer, contudo, que essa crença não é e nunca foi verdadeira. O que se vive no ambiente doméstico sempre foi tratado na esfera pública e regulado no campo do direito e da política. Haja vista o *Código Civil Brasileiro*, cuja revisão ainda não está em vigor, que regula até a virgindade das mulheres, prevendo sanções para aquelas que não chegam virgens ao casamento. O que acontece é que, até muito pouco tempo, o debate a respeito desses temas, assim como os processos regulatórios que a eles dizem respeito, aconteciam sem que as mulheres dele participassem e, conseqüentemente, trouxessem para a cena pública suas perspectivas e posições políticas sobre questões que lhes dizem respeito diretamente. Com o surgimento do movimento de mulheres e, em seguida, de outros movimentos de defesa de direitos da criança e de homossexuais, por exemplo, os temas do espaço doméstico foram trazidos a público a partir de uma perspectiva radicalmente diferente das anteriores, calcadas na visão de homens brancos, ricos e heterossexuais. Os grandes exemplos deste processo radical de mudança de perspectiva são a constituição dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais, que tratam da garantia de bem-estar e qualidade de vida no campo das práticas reprodutivas e sexuais, anteriormente consideradas de foro íntimo. A luta pelos direitos reprodutivos

e sexuais tornou visível uma série de situações injustas vividas por homens e mulheres na intimidade, cujas conseqüências negativas atingiam a saúde e o bem-estar, sobretudo das mulheres, mas também dos homens.

Não tenho dúvidas quanto ao fato de que a emergência da violência doméstica como tema de debate é parte desse processo. À medida que a intimidade da casa é revelada e tratada como questão pública e, portanto, política, vêm junto com ela outros elementos que constituem a vida doméstica, entre os quais, a violência, que chama a atenção pelo grau de dano que inflige à vida de mulheres e crianças.

Fala-se hoje na existência de um ciclo de violência doméstica que obedeceria a um crescendo. Começaria por pequenas e imperceptíveis ações de controle sobre a liberdade do outro, geralmente a mulher, que podem aumentar de intensidade até chegar à agressão física, tentativa de homicídio e morte. A reconstituição de histórias de violência doméstica têm indicado que ela ocorre por ciclos: depois dos momentos de maior intensidade, as grandes brigas com agressão, haveria um período de calma e, em seguida, uma retomada do ciclo de pequenas agressões que terminaria, mais uma vez, na grande briga até se chegar ao fim do ciclo pela saída da mulher da situação, pelo entendimento do casal, geralmente contando com ajuda externa, ou por um desfecho trágico.

Voltando ao que disse no início desta fala, impressiona-me, nos muitos relatos que ouvi, a crença na justeza e necessidade da violência doméstica. Vamos esquecer as crianças e focar agora na situação das mulheres. De modo geral, homens e mulheres acreditam que um certo controle na vida do casal é aceitável e desejável. Isso é tido como parte do amor e do compromisso conjugal. Entre grupos populares, encontrei uma maior desigualdade no tipo e grau de controle exercido pelos homens sobre as mulheres e naquele exercido por elas sobre elas — o que parece ser ligeiramente diferente entre as camadas médias.

Assim, é legítimo e aceitável que a vida social das mulheres seja, de algum modo, controlada pelos homens. Amizades, passeios, diversão, atividades políticas: se supõe que, uma vez casadas, as mulheres passem a compartilhar da vida social do marido em detrimento da sua própria. Por conta disso, é aceitável que o marido

interfira — reclamando, suspeitando ou agredindo — quando ela insiste em ter vida própria nessa área. Em muitos casos, o trabalho também faz parte do campo controlado pelo marido. O homem, por sua vez, mantém a sua vida social, cujo controle pela esposa só é permitido de modo muito limitado. Acrescente-se a isso a dupla jornada de trabalho vivida pelas mulheres que, concretamente, as mantêm mais presas a casa e aos filhos e reduz as suas possibilidades de inserção na vida pública e de exposição a novas compreensões sobre o mundo. No caso das mulheres que não trabalham fora de casa, à reclusão doméstica acrescenta-se o fato de ela não ter acesso a dinheiro, acentuando-se assim o seu grau de dependência com relação ao homem.

Boa parte das histórias de violência iniciam-se com pequenos atos de controle dos homens sobre as mulheres que são socialmente entendidos como corretos, necessários e, muitas vezes, como expressão de afeto. É comum encontrar nos relatos das mulheres indicativos de que, desde o namoro, o companheiro violento já era tido como ciumento e controlador, embora não fosse agressivo. Podemos perceber também o modo como, sutil e lentamente, as mulheres vão se afastando de seu grupo de amigos e, em alguns casos, de sua família de origem. O que já é íntimo torna-se mais íntimo ainda e acredita-se que muito do que é vivido entre o casal não deve sair dessa intimidade. Isso inclui os momentos afetuosos, as trocas amorosas e sexuais, mas com o tempo passa a incluir também os diferentes tipos de violência: psicológica, sexual e física. Nesses casos, as redes sociais das mulheres estão tão esgarçadas que dificilmente ela terá alguém a quem pedir ajuda. Não podemos esquecer também que, diferentemente de outras circunstâncias, a mulher vítima de violência doméstica sente vergonha de estar naquela situação. De algum modo, encontrar-se no lugar de vítima aparece como uma confissão de fracasso com relação à sua escolha conjugal.

São muitas as crenças que justificam, para mulheres e homens, um certo grau de violência doméstica, todas elas associadas ao modo como homens e mulheres devem se comportar dentro do casamento e em sociedade. Uma delas, como já disse, é a de que o controle faz parte do amor e do casamento. Outras ligam-se à hierarquia existente entre o casal, na qual o homem situa-se no lugar de maior poder, podendo, portanto, definir as regras e o que é certo e errado na convivên-

cia conjugal. Nesse plano, pequenas coisas podem servir de estopim para uma situação violenta: o serviço doméstico que não é feito, alguma desatenção por parte da mulher, a embriaguez ou qualquer transtorno vivido fora de casa pelo homem. Os homens justificam seus atos de duas maneiras. A mulher não teria cumprido com suas funções e, por isso, mereceria apanhar para aprender e aqui está novamente a função educativa da violência. Além disso, a mulher poderia não estar respeitando a sua individualidade, estaria cerceando os seus direitos de estar só, de sair, de estar preocupado ou indignado. De certa forma, também aqui a mulher não estaria cumprindo bem o seu papel de esposa, merecendo, por isso, ser punida. Nesse último caso, podemos incluir a violência sexual que baseia-se na idéia de que é o desejo masculino que orienta o ato sexual, autorizando, portanto, o uso de violência quando a mulher, por qualquer razão, não cede a esse desejo.

Todas essas crenças e justificativas ligam-se, sem exceção, à desigualdade entre homens e mulheres. Mais poderosos, os homens detêm a prerrogativa de mandar e de controlar os demais membros da família, com a concordância das mulheres, das crianças e da sociedade em geral. Não custa lembrar que, de modo geral, essas idéias são transmitidas e reconstruídas cotidianamente por adultos de ambos os sexos quando educam as crianças. Quando as meninas lavam os pratos e arrumam a casa enquanto os meninos continuam brincando, fica claro para ambos quem tem mais direitos e quem tem deveres, o que já ali, muito cedo, institui desigualdades e a idéia de que meninos valem mais do que meninas. Mais tarde, os meninos podem sair, escolher seu grupo de amigos e suas namoradas e viver sua sexualidade livremente, enquanto as meninas são reguladas e têm que se utilizar de diversos tipos de estratégias para fazerem as mesmas coisas: também aí está se construindo a idéia de que elas têm menos direitos e mais deveres. Quando os dois, homem e mulher, se juntam em um encontro amoroso, já está claro para ambos qual o lugar de cada um.

Infelizmente, não temos a dimensão exata do fenômeno da violência doméstica, conjugal e intrafamiliar no Brasil. Não há estudos abrangentes que nos digam do alcance do fenômeno. O que sabemos é que, sempre que se estuda o tema, em pesquisas qualitativas ou quantitativas de menor alcance, a frequência com que

os relatos aparecem impressionam qualquer um. São muitas as dificuldades para se chegar a informações confiáveis sobre violência doméstica. Em primeiro lugar, temos a própria definição do termo e suas múltiplas formas de expressão. Em segundo lugar, temos, como já falei, o fato de que, em geral, a violência doméstica é tratada como um assunto privado e, por isso, há muita relutância por parte das vítimas para falar sobre o assunto. Os agressores, por seu turno, relutam também pela razão oposta: sabem que seus atos podem ser considerados criminosos e não desejam se expor. Além disso, há, por parte das mulheres, a vergonha e o medo de retaliação por parte dos agressores.

Mas, com relação ao silêncio das mulheres, penso que há um aspecto mais importante. É a ausência de escuta social. Com exceção de algumas bravas organizações de mulheres e uns poucos serviços públicos criados graças à ação dessas organizações, as mulheres não encontram nem escuta nem apoio social para o que sofrem. E isso acontece justamente pela existência de uma crença comum na legitimidade e necessidade desse tipo de violência. Com isso, a mulher é desautorizada e desestimulada a falar sobre a sua situação e a procurar ajuda para sair dela. Isso começa com a própria família que nem sempre apóia as filhas em situação de violência. Conheço alguns casos de mães que estimulam as filhas a permanecer com os maridos agressores, indicando-lhes o melhor modo de se comportar para não provocar a ira masculina, reforçando as ameaças de morte feitas por eles — melhor se manterem viva com eles do que se separarem para morrer —, valendo-se da máxima de que “ruim com ele, pior sem ele”. Assim como essas mães, agem do mesmo modo religiosos, líderes comunitários e profissionais de saúde. E se a rede social dessa mulher foi rompida com o casamento, nesse momento ela encontra-se só, provavelmente culpando-se por ter escolhido o homem errado ou por não saber comportar-se com ele.

Nesse contexto, podemos compreender as dificuldades das mulheres para saírem da situação violenta. Mas, como todos os que sofrem, elas também dão sinais de que precisam de ajuda. Uma das vias que me parece mais adequada para um primeiro passo na oferta de ajuda é justamente a dos serviços de saúde. As mulheres podem não procurar os profissionais de saúde para falar, mas os

procuram para tratar de suas lesões. Podem não dizer o que provocou as lesões, mas cabe aos serviços — sabendo da dimensão do fenômeno em nosso País — encontrar meios de investigar a situação da mulher. Isso não será feito se os profissionais de saúde não se perguntarem sobre suas próprias crenças e opiniões a respeito das relações entre homens e mulheres. É bastante provável que a maioria dos profissionais compartilhe as mesmas crenças com as mulheres atendidas e a grande maioria da sociedade. E talvez por isso acreditem que é suficiente tratar a lesão, esquecendo que talvez pudessem oferecer àquela mulher um espaço de confiança onde ela pudesse encontrar algum apoio para sair da situação em que se encontra.

A fala das mulheres, assim como as suas experiências de vida, continua sendo menos valorizada que a fala masculina. Há mais de um século as próprias mulheres tentam revalorizar essa fala e essas experiências através de seus movimentos e organizações. Alguns cientistas sociais acreditam que esses movimentos foram o fato mais importante do século XX, quando conseguiram, pela primeira vez, trazer para a cena pública a idéia de construção das mulheres como sujeitos de suas próprias vidas e da história humana. Essa conquista está inscrita em nosso tempo e em nossa sociedade, junto com inúmeras outras pequenas conquistas sob a forma de leis, normas e instituições de defesa dos direitos das mulheres. A mudança mais profunda, para a qual todas as demais colaboram, reside na cultura, na capacidade que teremos de construir novas compreensões a respeito do que é ser homem e o que ser mulher em nossa sociedade.

Há mais de um século, Freud desistiu de responder à pergunta que ele mesmo se tinha colocado: o que querem as mulheres? Com essa atitude, o genial psicanalista agiu como a Igreja Católica em outros momentos, destinando as mulheres a um lugar de obscuridade, de incompreensão, de ausência de razão. Ainda hoje, corremos o risco de as manter nesse lugar se não perguntarmos, se não escutarmos de modo acolhedor e compreensivo e se não acreditarmos naquilo que as mulheres dizem querer. Vale a pena lembrar que, atualmente, no Brasil já temos uma série de leis e mecanismos institucionais de proteção às mulheres em situação de violência. Resta-nos pensar em modos mais eficazes de combate dessa violência.

Breves Reflexões sobre a Violência Contra as Mulheres¹

Nos últimos dez anos, a violência contra a mulher parece finalmente ter adquirido uma importância política que ultrapassou as fronteiras do movimento de mulheres. É com grande satisfação, que vemos que isso é o resultado de um longo trabalho do movimento, que se iniciou ainda nos anos 70, com denúncias sobre o assassinato de mulheres, passou por uma espécie de campanha nacional que tinha no slogan “Quem ama não mata” sua principal peça de divulgação e culminou com ações concretas em termos de implantação de políticas públicas em vários estados do País, entre as quais sobressaem as delegacias da mulher, as casas-abrigo e os serviços específicos de atendimento a mulheres em situação de violência. A base destas ações, no entanto, esteve e

¹ Conferência proferida no seminário *Violência Contra a Mulher: Uma Rede Integrada de Ações*, promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, no Recife, no dia 13 de setembro de 2001.

está fincada na existência de inúmeros grupos e ONGs que, através da atuação nas comunidades e do atendimento direto às mulheres, lograram construir uma abordagem teórica e prática da questão da violência em cujo cerne está a integralidade das ações e a concepção de que se deve oferecer às mulheres a possibilidade de se tornarem sujeitos autônomos de suas próprias vidas.

Bárbara Soares (1999: 32-33)² chama a atenção para este novo momento em que a violência contra a mulher se constitui em um campo particular de intervenção, debate e reflexão. Segundo ela, isso tanto pode ser lido como sintoma de um crescimento do controle social e das formas de dominação, regulação e racionalização da vida coletiva como também indica uma expansão da democracia e uma extensão do sentido da individualidade. O espaço do lar, do casal e da família desmembram-se no que ela chama de *novas unidades sociais*, que competem legitimamente e em igualdade de condições pelo acesso aos direitos civis. Com isso, e ainda nas palavras de Bárbara, o mundo privado estaria se arremessando sobre a esfera pública, impondo suas temáticas e o contaminando com suas feridas, suas paixões, seu desejo, sua irracionalidade e selvageria.

O movimento contra a violência desestabiliza, redefine e realoca as nossas percepções sobre a dominação, o controle e o poder; rompe com as velhas estruturas do patriarcalismo e desnaturaliza os dispositivos que asseguram o livre exercício da violência familiar e, assim, produz condições de ampliação da democracia.

Mas, se temos motivos para comemoração ao perceber que a violência contra as mulheres aos poucos deixa de ser um tema marginal e ganha legitimidade política, temos também muitas razões para lamentar quando vemos o quanto há ainda a percorrer para obtermos resultados que efetivamente reduzam a incidência dessa violência entre nós. Um primeiro obstáculo para isso está no próprio reconhecimento do fenômeno. A produção de conhecimento científico sobre a violência contra as mulheres no Brasil ainda dá os seus primeiros passos. Temos muitas pesquisas qualitativas importantes que nos revelam com detalhes dolorosos o

² SOARES, Bárbara M. (1999). *Mulheres Invisíveis: Violência Conjugal e as Novas Políticas de Segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

modo como essa violência acontece, os seus efeitos na vida de mulheres, homens e crianças e os significados que as pessoas atribuem a ela. Mas ainda não temos pesquisas quantitativas nacionais que nos permitam mensurar o fenômeno e verificar sua extensão com relação a classe social e raça, por exemplo.

Em um país com as dimensões do Brasil e com tamanha diversidade sociocultural, é de fundamental importância obter dados quantitativos que nos permitam verificar em que medida e de que modo se dá a violência contra as mulheres. E isso sem dúvida deve ser parte das ações institucionais nesse campo. Temos muitas pistas, corroboradas por estudos internacionais, que nos permitem dizer que também aqui essa violência atinge mulheres de todas as classes sociais e de qualquer cor de pele em todas as etapas de sua vida, manifestando-se com muito maior frequência no interior da família, sob a forma de violência física, psicológica e sexual.

Dados preliminares de uma pesquisa coordenada pela Organização Mundial de Saúde³ e realizada aqui na Zona da Mata de Pernambuco — onde eu mesma coordenei os trabalhos — e no município de São Paulo, indicam que cerca de 34% das mulheres da Zona da Mata sofreram pelo menos um episódio de violência física em suas vidas. Em São Paulo, esse percentual é de cerca de 26%. Indicativo do papel das políticas públicas e das redes de apoio a mulheres é o fato de que, em São Paulo, as mulheres procuram e conseguem mais ajuda do que as que residem na Zona da Mata, onde sabidamente há uma escassez quase absoluta desse tipo de serviços. Pela mesma razão, somada provavelmente à cultura da violência predominante no Nordeste, a violência na Zona da Mata é mais grave do que em São Paulo: aqui, há mais casos de agressão com armas brancas e armas de fogo, de ameaças de morte e de lesões corporais graves.

É impossível tratar desse tema sem que se faça um quadro trágico. Não é muito fácil fazer isso, assim como não é fácil estar em contato com as mulheres que estão ou estiveram em situação de violência. Há pelo menos dois anos, venho trabalhando em pesquisas que têm a violência como tema e o que mais me chama

³ *Violência Doméstica contra as Mulheres e Saúde da Mulher*, coordenada no Brasil pela Dra. Lilia Blima Schraiber e pela Dra. Anna Flávia Lucas d'Oliveira, da Faculdade de Medicina da USP.

a atenção nos relatos das mulheres — mas também nos dos homens — é a longa vida dos conflitos. Diferentemente dos conflitos que acontecem na esfera pública, que tendem a ter uma solução mais rápida, a violência contra as mulheres pode se estender por décadas até chegar a um termo. Pode se iniciar na infância e ir até a adolescência, com a menina sofrendo abuso do pai, padrasto ou irmão. E pode se iniciar no namoro e perdurar por vinte ou trinta anos de casamento. Nem sempre, ao contrário do que se pensa, são situações vividas em segredo. Na maior parte das vezes, a família sabe da violência e os vizinhos também. É mais raro que colegas de trabalho da mulher cheguem a saber, mas são muitos os casos em que o homem persegue a companheira no local de trabalho, fazendo-a muitas vezes perder o emprego, sob a justificativa perversa de que aquele homem seria um risco para as pessoas que ali trabalham. E, ao demiti-la, patrões e patroas contribuem para aumentar o risco que ela mesma corre.

Com isso eu quero dizer que, em alguma medida, essa violência é pública. A comunidade sabe quem são as mulheres que apanham, a mulher e o agressor sabem que a comunidade sabe. E, no entanto, a situação perdura. Há quem se valha da antiga e conservadora máxima que diz que “Mulher gosta de apanhar” para justificar essa permanência. Outras explicações buscam patologias que justifiquem esse “gosto pelo sofrimento”. Mas, pesquisas na área de psicologia, citadas por Bárbara Soares no mesmo livro a que me referi acima, indicam que, quando se comparam mulheres em situação de violência com mulheres que não estão nestas situações, não se encontra entre elas nenhuma diferença psicológica, emocional ou relativa a traços de personalidade. Ou seja, a rigor, diz ainda Bárbara, qualquer uma de nós é uma vítima potencial da violência masculina pelo simples fato de que os traços encontrados nas vítimas de violências são aprendidos e ensinados na própria relação violenta. Não existiria, portanto, uma condição anterior que fizesse algumas mulheres mais suscetíveis à violência do que outras.

Voltamos à estaca zero: por que as mulheres não saem da situação? Os grupos feministas que trabalham esse tema sabem bem a resposta e sabem que ela é muito mais complexa do que gostaríamos que fosse. E volto mais uma vez a Bárbara Soares: a violência que afeta a mulher é uma violência masculina que se exerce contra as mulheres pela necessidade dos homens de controlá-las e de

exercer sobre elas seu poder. Trata-se de um padrão de comportamento aprendido e, de várias formas, endossado pela sociedade. Não é de forma alguma uma patologia social, mas uma licença social, e gostaríamos que estivéssemos bem atentas a esta palavra: *licença*, porque ao dizê-la queremos dizer “permissão” e, ao agregar o termo “social”, significa que estamos todos implicados nela, somos por ela responsáveis, de muitas e diferentes maneiras, nem todas associadas diretamente a episódios violentos.

Ao esmiuçar os relatos dessas mulheres, verificamos que a tragédia cotidiana da violência não se limita de nenhum modo aos episódios que elas descrevem. Há, pelo contrário, uma verdadeira cultura da violência contra as mulheres que se expressa de modo concreto e trágico no interior da família e, em especial, do casal, mas cujas sementes estão lançadas e são cotidianamente regadas na vida social em geral. Não estou, naturalmente, falando nenhuma novidade, mas se estamos aqui a pensar em ações integradas do poder público e da sociedade para a prevenção e o combate à violência de gênero, teremos que necessariamente ampliar o foco do nosso olhar. Teremos que fazer um esforço de nos deslocar da situação de violência propriamente dita, na qual os danos físicos, emocionais e sociais já estão consumados, para pensar a respeito das situações que fazem acontecer a violência.

Não tem sido outra a atitude do movimento feminista ao longo das últimas décadas ao chamar a atenção para as formas sutis e cotidianas de violência contra as mulheres que permitem que as situações violentas aconteçam. E que formas são essas? De uma maneira muito genérica podemos dizer que o próprio modo como as relações de gênero estão estruturadas em nossa sociedade é um poderoso estímulo para o uso da força contra as mulheres. Podemos listar uma infinidade de representações e práticas sociais que, no seu conjunto, constituem o terreno fértil para que homens sintam-se no direito de fazer valer a sua vontade através da força e mulheres sintam-se no dever de se submeter a isso.

A educação familiar e escolar, desde muito cedo, faz ver a meninos e meninas que entre eles e elas há mais que diferenças, há desigualdades que constroem

respeito e desrespeito, valor e desvalor. Nesse sentido, o trabalho doméstico funciona como um poderosíssimo mecanismo de construção dessa hierarquia na infância. As meninas, em especial nas camadas mais pobres da população, responsabilizam-se desde muito cedo pelo trabalho doméstico, enquanto que aos meninos é dado o direito de brincar e descansar. É mais do que esperado, portanto, que as meninas entendam que os meninos são seres mais importantes que elas: se não precisam trabalhar e se elas precisam servi-los e, se elas não são loucas, certamente eles valem mais que elas. E, se os meninos também não são loucos, compartilham da mesma idéia, sabem que podem e valem mais que as meninas pelo simples fato de que dispõem mais do seu tempo do que elas. Já aqui institui-se o respeito ao homem e o desrespeito à mulher que, mais tarde, irá cumprir um papel decisivo no uso da violência como modo de resolução de conflitos entre os casais. E não é nenhuma ousadia afirmar que ações públicas governamentais e não-governamentais, nas escolas e nas comunidades, que tratem da divisão sexual do trabalho doméstico, são um componente fundamental da prevenção à violência contra as mulheres.

Do mesmo modo, mas mais sutilmente, atuam as idéias a respeito do amor e do casamento. Já falei em outras ocasiões, mas penso que não é demais repetir: enquanto o ciúme e o controle forem valorizados positivamente como expressões de afeto estaremos plantando sementes de violência. O ideal do amor romântico, por mais suspiros que provoque e sonhos de felicidade que alimente, implica, como diz Betania Ávila (1999: 46),⁴ em um lugar de “desposuimento” de si para as pessoas envolvidas nessa relação. Nessa concepção de amor, a renúncia, o sofrimento e a própria desigualdade são elementos constitutivos do lugar do feminino como lugar das mulheres. É um jogo desigual (e ainda cito Betania) no qual as mulheres são o outro sem desejo, apenas um corpo para servir à realização do desejo alheio. O ideal romântico da fusão amorosa nega a possibilidade de uma verdadeira relação entre iguais, entre pessoas que se respeitem, já que para que haja relação é necessário que exista o *entre nós* e isso requer a existência de duas pessoas integrais.

⁴ ÁVILA, Maria Betania. “Direitos Reprodutivos, Exclusão Social e Aids”. (1999). In Barbosa, Regina Maria & Parker, Richard. *Sexualidades pelo Averso. Direitos, Identidades e Poder*. IMS/UERJ-Editora 34. pp. 39-48.

Essas idéias se expressam de modo particularmente forte e surpreendente nas falas de estupradores entrevistados por Lia Zanotta (1998).⁵ Ao conversar com esses homens, Lia Zanotta deparou-se com o fato de que eles sentiam-se injustiçados por estarem presos, já que, para eles, manter relações com uma mulher quando ela não quer não significa nenhum crime. Indo mais fundo nessa concepção masculina a respeito da sexualidade feminina, Lia descobriu que predominava entre eles a idéia de que, no campo da sexualidade, uma mulher sempre diz *não* mesmo quando deseja o sexo. Assim, o *não*-dito pelas mulheres durante o estupro era entendido como o *sim* do jogo sexual tal como eles imaginam que deve ser e, temos que concordar com eles, tal como é ensinado a muitas meninas e mulheres. Quem nunca ouviu de outras mulheres — da televisão, da literatura, do cinema, do mundo, enfim — que devemos mentir? Ou que nunca devemos dizer tudo? Ou que devemos dizer sem dizer? Ou fazer o jogo do oferece e recusa? É assustador perceber como essas pequenas e aparentemente inofensivas regras de sedução do senso comum podem tornar-se elementos orientadores da ação masculina violenta e, no mesmo movimento, constituir-se em argumento justificador do estupro.

Pois bem, ao examinar casos de violência é possível perceber que, na maior parte deles, as situações eclodem quando se rompem as obrigações estabelecidas para as mulheres no interior do casal. Essas obrigações estão ligadas, em sua maioria, ao exercício das funções de esposa e, em menor medida, de mãe. É quando a mulher recusa ou deixa de cumprir com quaisquer dessas funções que se estabelece o desequilíbrio na relação que autoriza o uso da violência por parte dos homens. A violência atua aqui como um corretivo, como um tipo de método educativo que, aplicado pelo homem — seu superior na escala hierárquica da família —, ensinaria à mulher o modo correto de comportar-se como esposa, dona de casa e mãe. Não é casual a semelhança com a violência usada na educação de crianças. No interior da família, as relações de gênero se estruturam de tal modo que crianças e mulheres ocupam lugares de minoridade diante do homem, o que autoriza ações de poder e força.

⁵ MACHADO, Lia Zanotta. (1998). *Masculinidade, Sexualidade e Estupro. As Construções da Virilidade*. Campinas/Unicamp: Cadernos Pagu (11) 1998: pp. 231-273.

Retomo agora uma idéia da filósofa alemã Hannah Arendt (1994: 48),⁶ que diz que a violência é o agir sem argumentar, sem o discurso ou sem contar com as conseqüências. Nesse sentido, acredito que é da máxima importância que em todas as esferas da vida social se estimule o exercício da argumentação e do uso da racionalidade para a resolução de conflitos. Mais do que oferecer e garantir a eficácia dos mecanismos de mediação do Estado — como a justiça, o aparato policial e os serviços de saúde — que atuam na ponta do conflito, ou seja, depois que a violência acontece, acredito que temos o dever de disseminar nas escolas, na publicidade, no cotidiano de nossas instituições e de nossas vidas, a idéia de que é possível resolver conflitos pacificamente. O conflito em si é positivo e, como sabemos, pode ser fonte de crescimento e enriquecimento pessoal, cultural e social. A escola cumpre um papel fundamental para isso, daí a importância de que as ações articuladas incluam o sistema público de educação tanto no que se refere ao conteúdo das disciplinas quanto no que se refere ao modo como se dão as relações entre as pessoas na sociedade e no ambiente escolar.

Isso nos leva à necessidade urgente de retomar e reforçar o projeto global transformador das relações de gênero que inclui, sim, medidas diretas de combate à violência, mas que têm que estar inseridas em um amplo conjunto de ações que visem à construção da igualdade nas relações entre homens e mulheres. No plano governamental, isso implica ainda em um amplo processo de sensibilização e formação dos agentes que realizam as ações, entendendo-os como parte dessas relações. Estamos trabalhando no plano dos valores, das normas e representações que orientam as ações das pessoas no mundo. Se esses valores, normas e representações não forem transformados e sinceramente absorvidos pelos agentes sociais e políticos corremos o risco de implantar políticas ineficazes que atuam apenas na superfície do problema.

Isso aconteceu e tem acontecido, em grande medida, com o setor saúde, em que temos o exemplo de uma política formulada com base nos princípios da igualdade de gênero que, em muitos casos, encontra imensas dificuldades de implementação em função de não se terem alterado, entre os profissionais de

⁶ ARENDT, Hannah. (1994). *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

saúde, os valores que orientam a sua prática. É muito comum encontrar, por exemplo, profissionais que realizam as ações do PAISM dirigindo-se às mulheres como “mãezinhas” ou, o que é ainda pior, orientando as mulheres para o tratamento de DSTs sem informar-lhes que o marido pode lhes ter transmitido a DST, sob a justificativa de que essa informação poderia vir a provocar problemas entre o casal. Esses são exemplos clássicos de como os valores tradicionais de gênero atuam na nossa prática profissional.

No caso da violência essa questão é ainda mais complexa porque estamos lidando com um tema que, como vimos, vem adquirindo visibilidade e condenação sociais que têm resultado em ações concretas contra agressores. Não podemos esquecer que os profissionais que lidam ou irão lidar com as mulheres em situação de violência são homens e mulheres que, de acordo com os dados de pesquisa de que dispomos, bem podem estar incluídos naquele percentual que também vivencia situações violentas e que, por isso, podem vir a minar, ainda que involuntariamente, a implantação de políticas nessa área.

E já que em seguida iremos falar das ações exitosas nesse campo, gostaria de lembrar que, se é verdade que cerca de um terço da população está envolvido em situações de violência contra as mulheres, é também verdade que dois terços não estão. Acho particularmente importante pensar a respeito dos homens, especialmente jovens, que não são agressores. Aplica-se aqui a mesma analogia que é feita com relação à pobreza e à criminalidade. Do mesmo modo que é importante lembrar que a maior parte da população brasileira é honesta e apenas uma pequena parcela envolve-se com a criminalidade, é igualmente importante recordar e reforçar que apenas uma parte minoritária dos homens resolve seus conflitos conjugais e familiares recorrendo à violência. Esse pode ser um terreno fértil para o início de algumas das transformações que desejamos nas relações de gênero.

Finalmente, gostaria de reafirmar o poder de transformação dos trabalhos com mulheres que são realizados pelos grupos e ONGs feministas, cujos princípios e métodos podem orientar outras ações nessa área. Entre as dezenas de mulheres que entrevistamos nessas últimas pesquisas, algumas haviam recorrido ao Cen-

tro das Mulheres do Cabo e ao Coletivo Mulher Vida, duas ONGs sediadas na Região Metropolitana do Recife, em busca de ajuda para a situação de violência. Em suas falas é possível perceber, com clareza, o modo como lentamente elas mesmas vão descobrindo e construindo em si a força que irá não apenas lhes fazer resolver o problema como, sobretudo, retomar o controle de suas vidas com autonomia, orgulho e felicidade.

Quero terminar esta fala com um depoimento retirado da entrevista de Silvana — o nome é fictício —, uma mulher de 41 anos, com três filhos, ainda casada à época da pesquisa,⁷ que viveu mais de quinze anos de violência conjugal e que depois de recorrer a uma daquelas organizações conseguiu se impor diante do marido e dar um fim à situação. Silvana ganhou o respeito do marido, mas sobretudo aprendeu a se respeitar e a se valorizar, demonstrando como acontecem as mudanças nos valores de que falei anteriormente. Ela nos conta que havia passado muitos anos sem cuidar de si mesma, achava-se feia, não tinha alegria para nada. Depois do contato com o grupo isso mudou e ela nos diz que um dia colocou uma roupa bonita, fez uma maquiagem diferente para ir à reunião dos grupos de mulheres na comunidade. A fala dela sobre esse episódio diz mais do que todas as palavras que eu usei nestes últimos vinte minutos:

Quando eu saí de dentro do quarto, até meu pai disse: “O quê! Eu não tô acreditando! Essa é minha filha?! Minha filha, você tá bonita!” E eu disse: “Meu pai, toda vida eu fui bonita, agora o senhor é que nunca reconheceu isso.” Aí ele (o marido) quando foi entrando, disse: “O que foi que fizeram contigo?” Eu disse: “Não fizeram nada, meu filho! Só que agora eu me transformei numa nova mulher! E ela venha de onde vier eu sei que estou aqui!” E ele (o marido) ficou tão assim, que até se insinuou pra ir comigo (para a reunião do grupo). E eu disse: “Ah, não! Hoje é meu dia. Eu não me produzi toda pra gastar meu tempo contigo! Perder meu tempo contigo, não é, fulano? Não. Eu vou ganhar meu tempo com quem me faz feliz! Porque é justamente o meu trabalho, as minhas mulheres!”.

⁷ A mesma pesquisa da Organização Mundial de Saúde, citada anteriormente.

Conseqüências da Violência Doméstica para a Saúde das Mulheres¹

Nos últimos dez anos, o tema da violência foi pouco a pouco chegando até nós através das pesquisas que realizamos no SOS Corpo, e posso dizer sem medo de errar, que se impôs como uma prioridade. Entrevistar mulheres sobre suas experiências de vida significa ter que enfrentar o problema da violência, tal a frequência com que ele aparece em suas falas. É preciso dizer, não entanto, que são mínimos os resultados alcançados no sentido de prevenir e combater a violência contra as mulheres.

¹ Conferência apresentada no *Seminário Igualdade e Inclusão Social: Discriminação e Violência Doméstica em Debate*, promovido pelo Centro da Mulher 8 de Março, nos dias 5 e 6 de outubro de 2001, em João Pessoa – PB.

Infelizmente, esta minha fala será marcada pelo horror de quatro casos recentemente acontecidos no Recife e em Olinda que nos levam não apenas a intensificar nossos esforços de trabalho nesta área, mas, principalmente, a tentar refletir sobre as razões e os modos de expressão da violência contra as mulheres.

Na semana passada, um próspero comerciante de Olinda, recém-separado de sua esposa, chegou em casa para almoçar e agiu como todos os dias, sentando-se à mesa com seus dois filhos, uma^a de 1 ano e quatro meses e outro de 7 anos. Em meio à refeição, levantou-se, foi ao quarto, voltou com um revólver, atirou nos dois filhos e suicidou-se em seguida. As crianças faleceram poucos dias depois. Na mesma semana, um jovem rapaz, morador de uma favela do Recife, atirou em sua companheira, deixando-a gravemente ferida e matou a sua filha de seis anos. No dia seguinte, uma garota de 18 anos, grávida de dois meses, moradora de um bairro da periferia de Olinda e que havia se separado de seu companheiro porque ele lhe batia, ousou voltar até a sua casa para pegar algumas roupas e levar para o local onde se encontrava escondida, na tentativa de se proteger do ex-companheiro. Nessa ocasião, ele encontrou-a e matou-a com vários tiros. Três dias depois, em uma favela do Recife, um jovem rapaz de 26 anos matou sua companheira de 24 anos e, em seguida, enforcou-se. Em uma semana, tivemos nove mortes, entre as quais três crianças e uma mulher grávida e eu fiquei a me perguntar se não estaríamos diante de uma espécie de guerra. Perguntei-me se nós, mulheres, não viveríamos cotidianamente sob os auspícios do terror, para usar um termo que se torna cada vez mais popular.

Lembrei-me então de ter visto na TV muitos relatos de norte-americanos surpreendidos e horrorizados com a possibilidade de que pessoas iguais a eles, vizinhos, colegas, amigos, fossem, na verdade, uma ameaça real à sua vida. Lamento profundamente que a população norte-americana tenha descoberto de modo tão trágico que o inimigo pode estar na porta ao lado e gostaria, sinceramente, que isso não tivesse acontecido. Mas não pude me furtar a fazer uma analogia com a situação de muitas mulheres que vivem com o inimigo dentro de casa e, como disse um filme também norte-americano, dormem com ele.

Infelizmente, esta minha fala será marcada pelo horror de quatro casos recentemente acontecidos no Recife e em Olinda que nos levam não apenas a intensificar nossos esforços de trabalho nesta área, mas, principalmente, a tentar refletir sobre as razões e os modos de expressão da violência contra as mulheres.

Na semana passada, um próspero comerciante de Olinda, recém-separado de sua esposa, chegou em casa para almoçar e agiu como todos os dias, sentando-se à mesa com seus dois filhos, uma² de 1 ano e quatro meses e outro de 7 anos. Em meio à refeição, levantou-se, foi ao quarto, voltou com um revólver, atirou nos dois filhos e suicidou-se em seguida. As crianças faleceram poucos dias depois. Na mesma semana, um jovem rapaz, morador de uma favela do Recife, atirou em sua companheira, deixando-a gravemente ferida e matou a sua filha de seis anos. No dia seguinte, uma garota de 18 anos, grávida de dois meses, moradora de um bairro da periferia de Olinda e que havia se separado de seu companheiro porque ele lhe batia, ousou voltar até a sua casa para pegar algumas roupas e levar para o local onde se encontrava escondida, na tentativa de se proteger do ex-companheiro. Nessa ocasião, ele encontrou-a e matou-a com vários tiros. Três dias depois, em uma favela do Recife, um jovem rapaz de 26 anos matou sua companheira de 24 anos e, em seguida, enforcou-se. Em uma semana, tivemos nove mortes, entre as quais três crianças e uma mulher grávida e eu fiquei a me perguntar se não estaríamos diante de uma espécie de guerra. Perguntei-me se nós, mulheres, não viveríamos cotidianamente sob os auspícios do terror, para usar um termo que se torna cada vez mais popular.

Lembrei-me então de ter visto na TV muitos relatos de norte-americanos surpreendidos e horrorizados com a possibilidade de que pessoas iguais a eles, vizinhos, colegas, amigos, fossem, na verdade, uma ameaça real à sua vida. Lamento profundamente que a população norte-americana tenha descoberto de modo tão trágico que o inimigo pode estar na porta ao lado e gostaria, sinceramente, que isso não tivesse acontecido. Mas não pude me furtar a fazer uma analogia com a situação de muitas mulheres que vivem com o inimigo dentro de casa e, como disse um filme também norte-americano, dormem com ele.

Isso me levou diretamente ao tema da minha fala neste Seminário: o que significa viver com o inimigo? Em outras palavras, o que significa viver em um regime de terror que, contrariamente ao que acontece no mundo público, não se orienta por princípios políticos que visam uma coletividade, mas, sim, por razões pessoais? Mas que razões são essas que levam a que o fenômeno da violência contra as mulheres se repita com uma frequência assustadora e aconteça nos mais diferentes espaços sociais, sem distinção de classe, raça ou religião, configurando uma espécie de democracia decididamente perversa?

É claro que já sabemos que essas razões não são pessoais. Mesmo que cada um desses homens e mulheres sejam capazes de identificar uma a uma as pequenas razões que levam à tragédia, logo logo percebemos o que as feministas vêm afirmando há pelo menos três décadas. É verdade, não são princípios políticos que estão em jogo, mas esse é, sim, um jogo de poder e é um jogo que, de nenhum modo, está restrito ao ambiente doméstico. Pelo contrário, diz respeito a toda a sociedade, porque se refere às relações entre homens e mulheres em geral, que ordenam e dão significado às relações entre um homem e uma mulher e entre estes e seus filhos, se existirem.

Nesse período em que ocorreram os episódios do Recife e de Olinda, um jornalista me perguntou, sinceramente surpreendido e horrorizado, o que estava acontecendo que agora os homens matavam os filhos. Queria saber, enfim, que terrível novidade era essa. E eu respondi-lhe e fiquei a pensar por muito tempo que a única novidade nesses casos é que esses homens tiveram a ousadia de concretizar uma ameaça que é feita com uma frequência assustadora e que, muitas vezes, tem sido a razão para que as mulheres permaneçam na situação violenta por muitos anos. A posição dos filhos em uma sociedade que tem no amor romântico o motivo para a constituição das famílias é, no mínimo, dúbia, e isso vale uma reflexão muito mais profunda do que a que vou apenas esboçar aqui.

Nossos filhos e nossas filhas são entendidos como o resultado do amor entre um homem e uma mulher e, como tal, são representados como o fruto positivo e idealizado de um sentimento que, todos sabemos, é frágil, pode acabar e, na

maior parte das vezes, acaba. Mas os filhos não acabam. Rebeldes, insistem em continuar vivendo sua própria vida independentemente do que exista entre aqueles que lhes trouxeram ao mundo. É perturbador verificar o modo como as crianças são barganhadas nesse jogo do “amor” e tenho certeza de que a maioria das pessoas que estão aqui já presenciaram muitas dessas situações como, por exemplo, mulheres que se juntam aos filhos para despertarem ciúmes no companheiro e homens que desprezam os filhos com a intenção de machucar a mulher. Em famílias não-violentas os danos trazidos por essas situações podem ser perfeitamente absorvidos e compreendidos como parte das relações humanas. Mas quando a violência existe entre o casal me parece quase natural que as crianças sejam incorporadas a esse jogo de um modo mais brutal, correndo o risco de serem também vítimas. Quem trabalha com mulheres sabe o quanto ouvimos as frases: “Não saí de casa porque ele disse que ia maltratar as crianças”, “Ele disse que ia me tirar as crianças”, “Ele disse que me matava e matava as crianças”.

O aumento no número de separações e divórcios, assim como o aumento no número de denúncias e processos contra homens agressores demonstra que as mulheres ou não mais acreditam nas ameaças masculinas ou procuram meios legais de enfrentá-las. E o que eu fico a me perguntar é: será insaciável o desejo de poder masculino? Uma vez impedido de exercer esse poder sobre a mulher — que recusou a violência e saiu de casa e, portanto, tornou-se mais forte e em condições de enfrentar o seu poder de igual para igual — ele terá que buscar alguém mais fraco sobre quem possa exercer seu domínio. Esse alguém é a criança, que deixa de ser entendida como filho ou filha e passa a ser vista como puro campo de domínio, exercício indireto de poder sobre a mulher. Se isso não for terror, não sei o que poderá ser.

A morte é, portanto, a consequência última e mais trágica da violência contra as mulheres e nem sempre, como vimos, limita-se apenas à sua própria morte. Mas até chegar à morte e àqueles casos que têm um desfecho mais feliz, as mulheres passam por um longo período de violência onde o cotidiano e a própria vida podem se tornar tão insuportáveis quanto, por exemplo, a vida nas zonas de conflito entre israelenses e palestinos. Isso reverbera diretamente sobre a saúde

física e mental das mulheres. Desde a década de 80, estudos, realizados em mais de quarenta países têm levantado e identificado, com uma recorrência espantosa, os efeitos da violência sobre a saúde das mulheres. Diante de tais evidências, a Organização Mundial de Saúde declarou, no ano passado, que a violência doméstica é o principal problema de saúde das mulheres no mundo e isto, naturalmente, inclui o Brasil.

Esses estudos indicam, por exemplo, que as nossas velhas conhecidas “obrigações conjugais” são entendidas, na maior parte das sociedades, como o direito do homem de ter sexo com a esposa na hora que quiser e do modo que desejar, não estando facultada a ela a possibilidade de recusa. Essa é uma situação evidente de violência sexual, embora seja extremamente comum entre a maioria dos casais brasileiros. A atividade sexual indesejada limita a autonomia sexual das mulheres e a sua capacidade de fazer valer o seu desejo. Com isso, é maior a dificuldade de uso de contraceptivos e de proteção e tratamento contra DSTs e Aids. O resultado é que mulheres em situação de violência — física, sexual ou emocional — correm mais riscos de ter uma gravidez indesejada e de contrair DSTs e Aids.

No campo dos fatores de risco obstétricos, as mulheres que sofrem violência têm uma maior probabilidade de viver uma gravidez de alto risco, porque, entre elas, também é mais provável um menor ganho de peso durante a gestação, o adiamento do pré-natal, a recorrência de DSTs e as infecções vaginais, cervicais e renais. Entre essas mulheres, encontram-se também, com maior frequência, a perda de sangue durante a gravidez, um maior número de abortos espontâneos e provocados, de partos prematuros e de crianças com baixo peso ao nascer. Surpreendentemente para muitas pessoas, a violência é um fator de risco para o baixo peso ao nascer três vezes maior que o fumo, a pré-eclâmpsia e a perda de sangue durante a gravidez.

Como se não bastasse, a violência ainda aumenta o risco de ocorrência de vários problemas ginecológicos, como a dor pélvica crônica, as hemorragias vaginais irregulares, a menstruação dolorosa, a doença pélvica inflamatória, as disfunções

sexuais e o sofrimento pré-menstrual. De uma maneira mais ampla, também está associada à existência de lesões diversas, à síndrome de dor crônica, aos transtornos gastrointestinais e, finalmente, à ansiedade e à depressão.

Enfim, este inventário de horrores deveria ser suficiente para que os governos e a sociedade civil tomassem a iniciativa de enfrentar esse problema com o firme propósito de resolvê-lo. É verdade que alguma coisa vem sendo feita. Há inúmeros grupos e ONGs de mulheres que prestam um valiosíssimo auxílio às mulheres em situação de violência oferecendo-lhes a possibilidade de reconstruir suas vidas através da reflexão coletiva sobre as injustiças de gênero e do apoio médico, psicológico e jurídico que tem como resultado o fortalecimento da autonomia dessas mulheres.

No campo governamental, as iniciativas são ainda muito tímidas e restringem-se todas ao campo do combate e não da prevenção à violência: temos algumas delegacias, umas poucas casas-abrigo, raros serviços de atendimento ao aborto legal, raríssimos centros de referência no atendimento a mulheres em situação de violência. Além disso, não tenho nenhum conhecimento a respeito de qualquer sistema eficaz de referência e contra-referência entre as diferentes instituições públicas que tratam do problema da violência. Ou seja, as poucas iniciativas nessa área são prejudicadas tanto pelo seu limitado alcance, no que se refere ao número de mulheres atendidas quanto pelas suas debilidades concretas de funcionamento.

Acho que é evidente para todas as pessoas que aqui estão que não é possível tratar de um fenômeno dessa dimensão e com um grau de enraizamento cultural que remonta às origens das civilizações considerando apenas as suas consequências. Não é possível solucionar o problema da violência apenas depois que o fato violento aconteceu, quando já temos uma vítima e um agressor. É para isso que existem as delegacias, as casas-abrigo, os serviços de referência, que são, de fato, de grande valia. Mas já passamos da hora de dar um passo além: é necessário atuar no sentido de prevenir a violência com o objetivo claro de acabar com ela ou de, ao menos, criar um ambiente sociocultural que seja francamente hostil e deslegitimador da violência contra as mulheres.

É aqui que as coisas complicam, pois para prevenir de fato a violência contra as mulheres é preciso ter um compromisso claro e radical com a superação das desigualdades de gênero. Isto se refere muito particularmente ao poder público. Não adianta ter uma delegacia da mulher se a orientação dada à mulher é no sentido de sempre tentar se reconciliar com o companheiro agressor. De nada vale ter serviços de referência se no resto da rede de saúde as mulheres continuam a ser tratadas como “mãezinhas”, como pessoas de segunda categoria que não têm capacidade de decidir por si mesmas. De nada nos servem todos esses serviços se não houver um esforço cotidiano e sistemático e uma permanente articulação entre Estado e sociedade para a transformação das normas culturais que instituem a desigualdade de gênero. Isto significa que é preciso atuar em todas as áreas e não apenas na saúde e nos setores jurídico e policial.

A violência contra as mulheres é, sim, um problema de saúde pública, como também é um problema de segurança social. Mas é, sobretudo, um problema político-cultural que se sustenta nas opiniões e crenças a respeito de homens e mulheres e de como devem relacionar-se entre si. Ao longo das últimas três décadas, o movimento feminista e o movimento de mulheres desenvolveram reflexões críticas e metodologias de intervenção que vêm se mostrando extremamente eficazes no enfrentamento desse problema. Mas temos que reconhecer que o alcance dessas intervenções é, pela própria natureza desse movimento, muito limitado. Sem dúvida, é necessário que o Estado, em todos os seus níveis, assuma o seu papel de protagonista nesse campo e implante políticas integradas e globais de prevenção e combate à violência contra as mulheres. Porém, todas essas ações só serão bem-sucedidas, se forem parte de uma ampla política de alianças que envolva todos os setores da sociedade. É uma tarefa árdua e longa, bem sei, mas tenho certeza de que vale a pena sonhar e ousar construir uma sociedade em que o horror não nos espreite do travesseiro ao lado do nosso.

Dados da autora

Ana Paula Portella é psicóloga e coordenadora do Núcleo de Pesquisas do SOS CORPO. No momento, coordena em Pernambuco dois estudos multicêntricos internacionais – um estudo sobre masculinidades, desenvolvido pelo “IRRRAG” (International Reproductive Rights Research Action Group) no Brasil, do qual também é coordenadora nacional, e o “Estudo Multicêntrico sobre Violência Doméstica e Saúde da Mulher”, promovido pela Organização Mundial de Saúde e Faculdade de Medicina da USP. Além disso, também coordena em Recife a pesquisa multicêntrica nacional Saúde Reprodutiva, Sexualidade e Raça, do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional-Cedeplar, da UFMG. É membro do Colegiado de Coordenação do SOS CORPO e do Conselho Municipal de Direitos Humanos do Recife. É autora e co-autora de diversos artigos e materiais educativos sobre os temas de gênero, sexualidade, direitos reprodutivos e violência contra as mulheres.

 *SOS CORPO é uma organização sem fins lucrativos fundada em 1981 como grupo de ação e reflexão sobre saúde, sexualidade e reprodução humana. O feminismo é a base de sua construção e a ação institucional está orientada para a transformação das relações de gênero com ênfase na cidadania das mulheres, tendo como referências a democracia e o desenvolvimento.*



S · O · S
CORPO
GÊNERO E
CIDADANIA